

Ciclo de premiação 2005



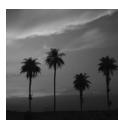
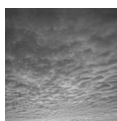
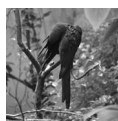
histórias de um

# BRASIL



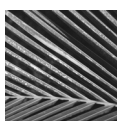
que funciona

Governos locais  
ajudando a construir  
um país mais justo



**histórias de um**

# BRASIL



**que funciona**

Governos locais  
ajudando a construir  
um país mais justo

Ciclo de premiação 2005



Gestão Pública  
e Cidadania

**Textos:**

Marco Antonio Carvalho Teixeira, Melissa Godoy, Otávio Prado, Roberta Clemente e Fernanda Martinez de Oliveira.

(a partir das informações fornecidas pelos finalistas e dos relatórios de visita de campo elaborados pelos pesquisadores do Programa Gestão Pública e Cidadania)

**Projeto gráfico, diagramação e capa:**

Nelson Caramico

**Impressão:**

Gráfica Dedone

Impresso em novembro de 2005

São Paulo - SP

---

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl.A. Boedecker da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Programa Gestão Pública e Cidadania – Histórias de um Brasil que funciona – 2005 / São Paulo:

Programa Gestão Pública e Cidadania, 2005.

110p.

I. Administração Pública – Brasil. 2. Políticas Públicas – Brasil. 3. Governo Local – Brasil. I. Programa Gestão Pública e Cidadania.

---

CDU - 35 (81)

# Sumário

## **Apresentação 7**

### ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO

**Indicadores para políticas sociais integradas...11**  
Santo André, SP

### INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

**Parceiros pela vida nos morros do Recife...17**  
Recife, PE

**Contra o desperdício de alimentos...21**  
Belo Horizonte, MG

### SERVIÇOS PÚBLICOS

**Estímulo à cultura...27**  
Porto Alegre, RS

**Humanizando o atendimento  
às vítimas de violência...31**  
Campinas, SP

**Salvando Vidas...35**  
Sobral, CE

**Microônibus abre passagem...39**  
Belo Horizonte, MG

**Segurança para o cidadão...43**  
São Carlos, SP

**A aldeia faz escola...47**  
São Gabriel da Cachoeira

**Garantindo a saúde...51**  
Rio de Janeiro, RJ

### CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

**Acolhendo os filhos das trabalhadoras...57**  
Laranjal Paulista, SP

**Parcerias em prol do adolescente...61**  
Diadema, SP

**Espaço da cidadania...65**  
Santos, SP

## Sumário

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

#### **Restaurando a Cidadania...71**

Recife, PE

#### **Ceará:Terra das Flores...75**

Estado do Ceará

#### **Desenvolvimento Local...79**

Rio das Flores, RJ

#### **Abelhas pela Mata Atlântica...83**

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho  
e São Bento do Sul, SC

#### **Ensinando a pescar...87**

Estado de Rondônia

#### **Aliança interétnica pelo cerrado...91**

Carolina, MA

### JUDICIÁRIO

#### **Reeducando o preso...97**

Estado de São Paulo

#### **Equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania...101**

#### **Publicações,Vídeos, Programas de Rádio e Páginas na Internet...104**

# Apresentação

## Administração e Governo

- 1- SISTEMA DE INDICADORES PARA GESTÃO DE INCLUSÃO SOCIAL

## Infra-Estrutura e Meio Ambiente

- 2- PROGRAMA PARCERIA NOS MORROS
- 3- PROGRAMA ALIMENTAR - A COLETA DE ORGÂNICOS COM ECOCIDADANIA

## Serviços Públicos

- 4- FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE PORTO ALEGRE (FUMPROARTE)
- 5- REDE ILUMINAR CAMPINAS
- 6- PROJETO TREVO DE QUATRO FOLHAS
- 7- PROGRAMA DE MELHORIA DA MOBILIDADE PARA MORADORES DE VILAS E FAVELAS DE BELO HORIZONTE
- 8- PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
- 9- PROJETO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA ALTO RIO NEGRO
- 10- PROJETO REMÉDIO EM CASA

## Cidadania e Direitos Humanos

- 11- CRECHE NOTURNA BRASÍLIA FERRARI DOS SANTOS
- 12- REDE DE ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DE DIADEMA
- 13- ESPAÇO MENINAS - PROGRAMA SENTINELA

## Desenvolvimento Econômico e Social

- 14- PROJETO OFICINA ESCOLA PARA RESTAURAÇÃO DE BENS IMÓVEIS HISTÓRICOS
- 15- DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DA FLORICULTURA NO ESTADO DO CEARÁ
- 16- PROGRAMA MUNICÍPIO SUSTENTÁVEL
- 17- PROJETO MANDAÇAIA - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APICULTURA FAMILIAR
- 18- UNIDADES PRODUTIVAS COMUNITÁRIAS PARA CRIAÇÃO DE PEIXES EM TANQUES-REDE
- 19- FRUTA SÃ

## Judiciário

- 20- PROGRAMA CIDADANIA NO CÁRCERE



# Mapa das Histórias



# Apresentação

Desde 1996, o Programa Gestão Pública e Cidadania realiza um ciclo anual de premiação de práticas inovadoras de governos municipais, estaduais e de organizações próprias dos povos indígenas. As 20 histórias deste livro descrevem as iniciativas premiadas em 2005 e apresentam um pouco da imensa diversidade brasileira, com suas características regionais, seus problemas e suas muitas soluções criativas.

Em 2005, o Programa recebeu mais de setecentas inscrições, de todas as regiões do País e de diversas áreas temáticas: educação, saúde, conservação ambiental, segurança pública, inclusão digital, etc. Muitas experiências contemplam segmentos específicos, como mulheres, negros, índios, crianças e adolescentes, etc., o que também demonstra a riqueza e a abrangência do conjunto de iniciativas.



Todas apresentam algumas características comuns, que permitem defini-las como experiências inovadoras:

- 1) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática;
- 2) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida da comunidade;
- 3) podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações;
- 4) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e
- 5) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando à auto-sustentabilidade.

Apresentação

O Programa Gestão Pública e Cidadania baseia-se nas qualidades acima para chegar às 20 experiências finalistas de cada ciclo de premiação, como as apresentadas neste volume. A seleção das experiências divide-se em três etapas, nas quais são analisadas as informações enviadas pelos responsáveis por essas iniciativas. Na última etapa, técnicos do Programa e de instituições parceiras visitam 30 dos programas e projetos selecionados.

É importante lembrar, porém, que as experiências finalistas representam o conjunto das que se inscreveram no ciclo de premiação. São também uma amostra de um universo bem mais amplo, formado por todas as iniciativas que já participaram do Programa Gestão Pública e Cidadania. Esse conjunto de práticas inovadoras revela um Brasil nem sempre bem conhecido, um Brasil pouco divulgado – um Brasil que funciona.

# Administração e Governo

## 1- SISTEMA DE INDICADORES PARA GESTÃO DE INCLUSÃO SOCIAL



**SISTEMA DE  
INDICADORES  
PARA GESTÃO DE  
INCLUSÃO SOCIAL**

**Área de Implantação:**

Santo André (SP)

**Instituição:**

Secretaria Municipal de Inclusão Social

Praça IV Centenário, s/n

Santo André - SP

CEP: 09015-080

Tel: (11)4433-0190

**Contato:**

Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão

e-mail:

mmalves@santoandre.sp.gov.br

# Indicadores para políticas sociais integradas

PARÂMETROS PARA MAXIMIZAR  
O ALCANCE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O Sistema de Indicadores para Gestão Social (SIGS) integra o Programa Santo André Mais Igual (SAMI). Neste Programa, núcleos de favela e suas comunidades recebem uma ação integrada de assistência social composta de ações de desenvolvimento urbano, com ações de saneamento, urbanização, provisão habitacional integral ou assistência técnica para autoconstrução, e regularização fundiária; desenvolvimento econômico, com ações de complementação de renda, capacitação profissional, micro-crédito, geração de trabalho e renda e assistência social, e contempla ações integradas de saúde e educação.

Esse Programa, originalmente intitulado Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS), teve início em 1998 e em 2001 e passa por um processo de ampliação, seja em alcance para os demais núcleos, seja em escopo, integrando novos projetos e ações. Dessa reformulação surge o Programa Santo André Mais Igual.

O processo envolveu ainda a avaliação dos resultados obtidos. Os dados levantados até então haviam sido coletados de maneira não sistemática, impossibilitando sua consolidação e o delineamento de uma situação. Essa condição prejudicava a avaliação das políticas implementadas e a comparação entre os diversos núcleos atendidos. Como resultado, decidiu-se a implementação de um Observatório de Indicadores de Inclusão/Exclusão Social junto à Secretaria de Inclusão Social e a formulação do Sistema de Indicadores para Gestão Social, composto por um Cadastro Multi-Finalitário e um Banco de Dados de Perfis Sociais.

## **Uma visão intersetorial**

O SIGS apresenta uma inovação significativa em relação aos procedimentos anteriormente aplicados na condução de políticas públicas em Santo André. Os dados das Fichas de Perfil Social fornecem ao Observatório de Inclusão Social uma linha de base a partir da qual foi discutida, junto às Secretarias envolvidas no Programa Santo André Mais Igual, uma primeira versão do sistema de indicadores de acompanhamento e avaliação. Os indicadores resultantes consolidam as discussões tratadas e fornecem parâmetros para a periodicidade e conteúdos da geração de informação que deverão ser produzidas na execução das políticas setoriais do SAMI. Desse modo, a implementação do Sistema inicia um processo de cultura organizacional de registro administrativo com vistas à avaliação de políticas sociais. Sua continuidade permitirá a avaliação dessas políticas para além dos períodos de mandatos dos prefeitos, permitindo o aperfeiçoamento continuado dos seus conteúdos substantivos, mecanismos de gestão, coordenação e responsabilização compartilhada.

Outra inovação significativa é o fato de que a coleta dos dados possibilitou a realização de um perfil detalhado dos núcleos de atendi-

mento, permitindo a particularização das ações do poder público em razão das demandas e perfis apresentados por cada núcleo de favelas. Tal fato permite um potencial de melhora na capacidade de planejamento e de equacionamento de recursos materiais e humanos na provisão de bens e serviços, promovendo ganhos de eficiência na máquina pública.

## A importância do SIGS

Por tratar-se de uma política que envolve a incorporação de uma nova cultura gerencial, o SIGS representa uma forma de implementação continuada. Todavia, no que tange à realização de uma primeira avaliação das comunidades atendidas pelo SAMI nota-se a existência de uma sequência finita de etapas de trabalho: 1) identificação das comunidades a serem avaliadas (espaço amostral); 2) formulação de critérios de avaliação (indicadores acordados entre as diferentes secretarias participantes no Programa); 3) formulação de linha de base (levantamento inicial); 4) análise diagnóstica, formulação e execução do experimento (implementação do SAMI nos núcleos escolhidos); 5) levantamento pós-teste (segundo levantamento) e análise de resultados.

Indicadores para  
políticas sociais  
integradas

Das etapas arroladas, o Programa apresenta uma linha de base consistente. Uma cobertura cadastral e de atendimento de 100% das comunidades e uma nova rodada de coleta de dados em planejamento. Desse modo, em relação à meta de realização de uma primeira avaliação, estima-se que cerca de 80% do trabalho já esteja realizado, faltando apenas uma nova coleta de dados e a realização de análises a partir do estabelecimento das diversas séries históricas.

Cabe notar que o resultado do conjunto da avaliação destaca da acima permitirá que sejam observadas as seguintes questões: como evoluíram os indicadores; a eficiência e a eficácia das ações setoriais dentro de cada comunidade; a comparação dos resultados entre os núcleos atendidos, garantindo, assim, a continuidade das práticas de planejamento já adotadas. A avaliação desses indicadores em termos absolutos, todavia, permanecem indeterminados pela inexistência de grupos de controle nos procedimentos de avaliação, isto é, pela inexistência da elaboração e

medição da evolução de perfis sócio-econômicos em núcleos similares não atendidos pelo SAMI para comparação relativa. Ainda que este seja um fato metodologicamente digno de registro, não compromete o trabalho realizado nem suas significativas inovações. Tais medidas ainda podem ser tomadas por intermédio da realização de pesquisas nos demais núcleos de favela daquele município.

Ainda que o Sistema de Indicadores para Gestão Social tenha sido desenvolvido num contexto específico, esse tipo de política pode ser reproduzido em diversas escalas e setores de governo. No que tange ao trabalho realizado, o conteúdo de seus cadastros, suas análises e a própria Ficha de Perfil Social possuem grande valor para a realização de pesquisas na área da administração pública e representam uma valiosa experiência para a condução de futuras iniciativas similares.

A inexistência de recursos destinados exclusivamente ao SIGS (encontram-se dispersos nos orçamentos das Secretarias envolvidas no SAMI) dificulta o seu planejamento, desenvolvimento e expansão, tornando difícil a coordenação do processo de coleta e sistematização de dados por parte da Secretaria de Inclusão Social, que passa a depender de sua capacidade de influencia política no governo para tal.

O Sistema de Indicadores para Gestão Social procura contextualizar e fornecer parâmetros para a aplicação de políticas sociais a partir da avaliação sistemática dos perfis sociais, econômicos e ambientais das áreas de atendimento do Programa Santo André Mais Igual.

Sua implementação possibilita que a administração pública de Santo André desenvolva um processo de cultura organizacional de registro administrativo com vistas à avaliação de políticas públicas e a obtenção de parâmetros para a geração de informações a serem produzidas e fornecidas pelas diversas secretarias envolvidas na execução do Programa Santo André Mais Igual (SAMI), fomentando processos de coordenação e planejamento intersetorial.

# Infra-Estrutura e Meio Ambiente



2- PROGRAMA PARCERIA  
NOS MORROS



3- PROGRAMA ALIMENTAR  
- A COLETA DE  
ORGÂNICOS COM  
ECOCIDADANIA



**PROGRAMA  
PARCERIA NOS  
MORROS**

**Área de Implantação:**

Recife - PE

Instituição

Empresa de Urbanização do Recife

Endereço:

Av Cais do Apolo, 925

Recife – PE

CEP: 50030-230

Tel: (81)3425-8000

**Contato:**

Carlos César de Barros

e-mail: [prefeito@recife.pe.gov.br](mailto:prefeito@recife.pe.gov.br)

# Parceiros pela vida nos morros do Recife

ACÇÕES INTEGRADAS REDUZEM OS RISCOS  
DE VIVER NOS MORROS

O Programa Parceria nos Morros, ao atuar na prevenção de riscos em encostas habitadas, apresenta soluções criativas para as intervenções nos morros, permite a integração com o trabalho de outros órgãos públicos e tem a comunidade como participante ativa em todo processo..

Em Recife, a preocupação mais efetiva com as áreas de morros teve início no final da década de 1980. Os recorrentes casos de desabamento e a morte de moradores na época de chuvas fizeram com que a Prefeitura criasse, em 1994, o programa Parceria nos Morros, sob a gerência da Empresa de Urbanização do Recife (URB Recife), órgão da administração indireta municipal. Voltado à

atuação em áreas de risco situadas em terrenos particulares, tinha como objetivo prover formas alternativas de contenção de encostas, assim como uma maior participação do beneficiário no planejamento e na execução das obras.

## Dinâmica do Programa

O programa Parceria nos Morros começa com sua implantação na comunidade, quando é apresentado o modelo de intervenção e gestão e é feita a escolha da Comissão Integrada de Acompanhamento Ambiental (CIAA). Esta é formada, entre outros, por representantes das comunidades, eleitos por meio do voto direto. O passo seguinte é o diagnóstico da situação, em que são definidas as áreas prioritárias de intervenção e se iniciam as vistorias técnicas, que darão subsídios para a elaboração dos projetos técnicos que é realizado pela empresa de consultoria do programa, a Colméia, que também é responsável pela capacitação dos membros da CIAA.

Após a escolha das áreas mais críticas e da eleição dos locais de intervenção, é definido o cronograma de obras. Nesta etapa a CIAA atua de forma direta, já que as decisões são tomadas em conjunto por todos os parceiros e devem ser aprovadas por ela. Na fase seguinte, de intervenção, são formalizados os termos de compromisso para execução das obras e se iniciam as intervenções. Para isso são criados os grupos de parceria, formados pelos moradores beneficiados ou por membros da comunidade, para a execução das obras. Durante esta fase é feito o acompanhamento técnico-social dos moradores do entorno, aproveitando a mobilização decorrente do processo de execução das obras.

O monitoramento e a avaliação das intervenções são feitos em conjunto pela equipe técnica do projeto e pelos representantes da CIAA, por meio de vistorias semanais. Os materiais para as intervenções nos morros, pagos pela Prefeitura, são entregues de acordo com o cronograma estabelecido para a obra. Finalmente,

após o término das intervenções, as obras entram em processo de monitoramento constante pelas equipes técnicas dos morros.

Desde 2001 o programa tem atuado em 110 áreas ocupadas, de um total de 199 áreas de morros do município. Isso corresponde a uma área de 3.300 hectares, cerca de metade do território municipal, que abriga uma população estimada em 400.000 habitantes, que corresponde a um terço da população da capital pernambucana. Desde 2001 o programa beneficiou 5.387 famílias e realizou 1.900 obras, gerando uma redução de 42% dos pontos de riscos já cadastrados. O custo total das intervenções foi de R\$ 16.772.251,00, arcados exclusivamente com recursos públicos, já que o material das obras é fornecido pela Prefeitura, assim como os funcionários e a estrutura física do programa.

Parceiros pela  
vida nos morros  
do Recife

A equipe do programa é formada por 870 pessoas, sendo 84 na equipe técnica do programa, 36 na distribuição do material para as obras, 750 das comunidades atendidas envolvidas diretamente na execução das obras e/ou recuperação do espaço urbano e 16 pessoas em funções de direção, sendo nove mulheres. Quanto à participação das mulheres no programa, estima-se que elas representam cerca de 60% da população beneficiada.

## **Inovando na ação**

O programa Parceria nos Morros inova em muitos aspectos, se comparado a outros programas semelhantes no Brasil. Em primeiro lugar, conseguiu superar o padrão emergencial de atuação em áreas de risco, incluindo a Defesa Civil como parceira ativa e integrada em ações preventivas. Também merecem destaque: as unidades descentralizadas de atendimento e as Estações nos Morros. Nestas, as equipes regionais compartilham espaço com as equipes da Defesa Civil, possibilitando não só tornar mais ágeis as ações emergenciais, mas também facilitar o acesso da população à equipe do programa.

Outro aspecto importante é o uso de soluções técnicas não tradicionais, de baixo custo e de fácil execução e manutenção, que permitem não só diminuir os custos das intervenções, mas também capacitar a própria população beneficiada como mão de obra. Os principais tipos de obras executados são: muros de alvenaria de tijolos, contenções em tela argamassada e em rip-rap (solo cimento ensacado). O uso destas técnicas permite também que o poder público execute um número muito maior de intervenções apenas com a execução de obras pela prefeitura ou por uma empreiteira.

Como consequência direta da execução das intervenções pela própria população beneficiada, nota-se a inexistência de depreciação das obras finalizadas. A experiência do programa mostra que, ao participar da execução das obras, a população se sente responsável e zela pela sua manutenção. Outro aspecto positivo da participação da população foi a eliminação de antigas políticas clientelistas, já que os critérios de seleção de áreas potenciais de intervenção são, antes de tudo, técnicos, e respaldados pela comunidade por meio das CIAAs.

As soluções integradas e os aspectos inovadores adotados pelo Programa Parceria nos Morros são, em sua essência, muito simples, e permitem que possam ser reproduzidas, com igual sucesso, por outras cidades brasileiras. Finalmente, um dado essencial serve para demonstrar que o programa tem cumprido seus objetivos. Desde 2001, foram registradas apenas quatro mortes em deslizamentos de solo em Recife, sendo que nenhuma delas ocorreu em áreas que sofreram intervenção do programa. Se considerarmos que em anos anteriores estes números podiam chegar a dezenas de mortos nas estações de chuva, podemos considerar que o programa tem conseguido eliminar a pior consequência dos escorregamentos em encostas habitadas: a perda de vidas humanas. O programa conseguiu reduzir em 42% os pontos de risco em morros cadastrados em Recife.

**PROGRAMA  
ALIMENTAR  
- A COLETA DE  
ORGÂNICOS  
COM  
ECOCIDADANIA**

**Área de Implantação:**

Belo Horizonte (MG)

**Instituição:**

Superintendência de Limpeza Urbana

Rua Tenente Garro, 118

Belo Horizonte - MG

CEP: 30240-360

Telefones: (31)3277-9344

**Contato:**

Sinara Chena

e-mail: [asmobslu@pbh.gov.br](mailto:asmobslu@pbh.gov.br)

# Contra o desperdício de alimentos

PROGRAMA REAPROVEITA ALIMENTOS  
E BENEFICIA POPULAÇÃO CARENTE

Em Belo Horizonte, cerca de 209.915 pessoas vivem em situação de pobreza extrema (IBGE-2000). Paradoxalmente, são coletadas na cidade cerca de duas mil toneladas de resíduos domiciliares, 60% dos quais constituídos por resíduos orgânicos e 40,5% resultantes do descarte de alimentos. Ou seja, constata-se que lado a lado convivem a fome e o desperdício tanto por parte de quem comercializa alimentos, como de quem prepara inadequadamente ou deixa alimento no prato.

Em julho de 2003, a prefeitura de Belo Horizonte, através da Lei 8617, criou o Programa Municipal de Incentivo à Doação de Alimentos - Banco de Alimentos, no âmbito do Programa Federal

Fome Zero. O objetivo deste Banco é arrecadar e distribuir alimentos, em condições próprias para consumo com segurança à população em situação de vulnerabilidade social. No decorrer do ano de 2003, durante a fase de planejamento do programa foi desenvolvido um conjunto de atividades que possibilitaram a sua implementação: 1) caracterização dos resíduos sólidos domiciliares do município; 2) início das atividades do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMUSAN); 3) concepção do Programa em consonância com as políticas públicas de gerenciamento de resíduos sólidos e de segurança alimentar e nutricional; 4) preparação e assinatura de Termo de Cooperação entre a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e a Secretaria Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar (SMAB); 5) viabilização da infra-estrutura para montagem e funcionamento do Programa; 6) identificação e captação de fornecedores dos alimentos; 7) identificação e cadastramento dos beneficiários; 8) capacitação da mão-de-obra; 9) início das atividades e monitoramento contínuo.

O Programa Alimentar – A Coleta de Orgânicos com Ecocidadania integra o Banco de Alimentos. É uma proposta de combate à fome e ao desperdício diferenciada, ousada e pioneira no Brasil. Consiste num sistema de coleta, processamento e distribuição de alimentos perecíveis, próprios para o consumo humano, que por algum motivo, não foram comercializados, em supermercados e sacolões. A distribuição dos alimentos beneficia atualmente 89 entidades assistenciais que atendem aproximadamente 15.000 pessoas, residentes em áreas de extrema exclusão, e que não são contempladas por nenhuma ação do poder público. Apesar de recente, o programa já é responsável por 78% dos alimentos distribuídos pelo Banco de Alimentos de Belo Horizonte.

## **A gestão do programa**

O programa é gerenciado conjuntamente pela SLU e pela SMAB em parceria com COMUSAN. A SLU é responsável pela operacionalização do programa, desde a coleta, seleção, classificação, processamento, armazenagem, disponibilização dos alimentos para o Banco de Alimentos e encaminhamento das sobras para a Unidade de Compostagem.

Para a execução do programa, a SLU firmou um convênio com a entidade Conselho Central de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, uma associação civil de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos que gerencia a parte operacional de recursos humanos do projeto. A SLU cede o veículo e um motorista e repassa os recursos via convênio para a entidade que administra o sistema de coleta, contrata e remunera os funcionários que trabalham na coleta e no processamento dos alimentos. Segundo a gerente de recursos humanos da Sociedade, a vantagem da SLU firmar o convênio com a entidade é a redução dos encargos sociais que isto possibilita, gerando emprego e reduzindo o custo do programa. A SMAB que coordena o Banco de Alimentos, faz a seleção das entidades beneficiárias, a distribuição dos alimentos, cursos de preparo e aproveitamento dos alimentos, e o monitoramento de cada uma das etapas por uma nutricionista. O COMUSAN define os critérios para a seleção das entidades beneficiárias do Programa. A interação do trabalho das organizações participantes é realizada através de reuniões periódicas dos gestores do Programa Alimentar e de visitas aos fornecedores de alimentos.

Contra o desperdício de alimentos

## **Indicadores e inovações**

O Programa tem por objetivo principal envolver a sociedade civil na busca de soluções para o problema da fome através da redução do desperdício de alimentos. A meta é diminuir o percentual de 40,5% de desperdício de alimentos verificado no município e aumentar a oferta de alimentos para a população em situação de extrema pobreza contribuindo assim para a melhoria do seu estado nutricional e de saúde. Outros resultados esperados são a contribuição com o aumento da vida útil do aterro sanitário do Município e o aumento da produção e melhoria da qualidade do composto orgânico utilizado pelo município em hortas comunitárias de escolas e creches e em jardins públicos.

Atualmente o Programa Alimentar atende 5% da população em condições de extrema pobreza em Belo Horizonte. Pretende-se dobrar este atendimento a partir do aditamento do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) previsto para o final de 2005.



O Programa Alimentar vem encontrando uma grande legitimidade social que pode ser comprovada pelo número de alimentos distribuídos: nos seis primeiros meses de 2005 já foram distribuídos 233.667,40 kg de alimentos, o que equivalente a 72% do total verificado em 2004 (321.106,11kg).

O Programa Alimentar – A Coleta de Orgânicos com Ecocidadania da Prefeitura de Belo Horizonte articula duas áreas de fundamental importância, o combate a fome e a miséria e a gestão dos resíduos sólidos do município.

Apresenta-se como uma alternativa efetiva no combate a fome, a miséria e ao desperdício em Belo Horizonte, promove a segurança alimentar, o aproveitamento de alimentos e a educação para o consumo consciente. O processamento dos alimentos doados evita o desperdício de recursos financeiros, reduz a produção do lixo e melhora o estado nutricional da população atendida. A iniciativa ultrapassa o caráter meramente assistencial e demonstra que é possível ter ousadia e inovar na gestão pública.

A iniciativa soma-se aos esforços de erradicação da fome e da miséria na esfera nacional, articula na esfera da administração municipal uma ação integrada entre diferentes órgãos (SLU e a SMAB) em parceria com a sociedade civil organizada e o setor privado. Trata-se de uma efetiva atuação pro-sustentabilidade, associando redução de custos, aumento da responsabilidade social dos agentes econômicos, compromisso público, estímulo à solidariedade humana, e redução do desperdício de alimentos e do lixo aterrado, além de introduzir como inovação a educação para o consumo sustentável.

O principal desafio é aumentar sua capacidade de atendimento, e isto depende fundamentalmente de uma definição de prioridades da política municipal.

# Serviços Públicos

- 4- FUNDO MUNICIPAL DE APOIO  
À PRODUÇÃO ARTÍSTICA E  
CULTURAL DE PORTO ALEGRE  
(FUMPROARTE)



- 5- REDE ILUMINAR CAMPINAS



- 6- PROJETO TREVO DE  
QUATRO FOLHAS



- 7- PROGRAMA DE MELHORIA  
DA MOBILIDADE PARA  
MORADORES DE VILAS E  
FAVELAS DE BELO HORIZONTE



- 8- PLANO MUNICIPAL  
INTEGRADO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA



- 9- PROJETO DE  
EDUCAÇÃO INDÍGENA  
ALTO RIO NEGRO



- 10- PROJETO REMÉDIO  
EM CASA



**FUNDO MUNICIPAL  
DE APOIO À  
PRODUÇÃO  
ARTÍSTICA E  
CULTURAL DE  
PORTO ALEGRE  
(FUMPROARTE)**

**Área de Implantação:**

Porto Alegre (RS)

**Instituição:**

Secretaria Municipal da Cultura

Av. Independência, 453

Porto Alegre - RS

CEP: 90035-075

Tel: (51) 3228-7854

**Contato:**

Álvaro Santi

e-mail:

fumproarte@portoalegre.rs.gov.br

# Estímulo à cultura

INICIATIVA DEMOCRATIZA  
A DISTRIBUIÇÃO  
DE RECURSOS PÚBLICOS

No início dos anos 90, em vários lugares do Rio Grande do Sul estavam sendo discutidas e implementadas as leis de Incentivo à Cultura. Em Porto Alegre, existia uma demanda expressiva da comunidade cultural por alguma forma de apoio, e a administração municipal compartilhava a idéia de que deveria haver, de fato, algum mecanismo de financiamento à cultura. Entretanto, esta administração era contrária às leis de incentivo via renúncia fiscal, principalmente por ver neste mecanismo uma dependência das atividades culturais em relação às leis do mercado – ou seja, os projetos financiados desta forma não necessariamente seriam os de maior mérito artístico-cultural, ou de maior importância para o Município, mas sim aqueles que dariam maior visibilidade à empresa que os financia.

O Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre (FUMPROARTE), surgiu como uma alternativa a estas leis, tendo a finalidade de financiar com recursos do orçamento municipal, a fundo perdido, até 80% do custo de projetos artísticos e culturais produzidos e/ou apresentados no município de Porto Alegre, selecionados através de concurso público aberto a pessoas, empresas ou ONGs de finalidade cultural.

A idéia do FUMPROARTE partiu de um órgão público: a Secretaria Municipal da Fazenda. Entretanto, a elaboração do texto da Lei (7.328/93), assim como do Decreto que a regulamenta (10.867/93), foi feita tanto por órgãos do poder público (Legislativo e Executivo) quanto pela comunidade artística e cultural de Porto Alegre. O processo de discussão e negociação para a elaboração do texto da Lei ocorreu durante o ano de 1993, através de reuniões abertas, divulgadas pela imprensa. O texto foi debatido exaustivamente, de modo que a aprovação da Lei ocorreu praticamente sem emendas. O FUMPROARTE foi implementado em 1994, tendo o primeiro edital lançado em janeiro daquele ano.

## **O funcionamento**

O FUMPROARTE funciona em duas etapas: 1) o concurso público para a seleção de projetos a serem financiados; 2) a execução dos mesmos. Antes de descrever como funciona este processo, é importante apresentar um de seus elementos-chave: a Comissão de Avaliação e Seleção (CAS).

Tal como indica seu nome, a principal atribuição da CAS é fazer a avaliação e a seleção final dos projetos que concorrem ao financiamento do FUMPROARTE. Contudo, no primeiro ano de funcionamento do Programa, esta teve também a responsabilidade de elaborar o regimento interno que determinaria o funcionamento do concurso e o processo de seleção de projetos.

Esta Comissão é composta por pessoas de diversas áreas artísticas e culturais, e conta com dezoito membros, sendo nove titulares e

nove suplentes. Dois terços destes são representantes de Associações e Sindicatos da classe artística e cultural, eleitos pela comunidade que representam, e um terço é composto por técnicos da Secretaria Municipal da Cultura.

As eleições para definir os membros da CAS são feitas anualmente. A cada ano, na primeira reunião da CAS, além de ser dada a posse aos novos membros, é “apresentado” o FUMPROARTE, fazendo-se uma revisão de sua história e funcionamento. No início de cada semestre, é feita também uma revisão do regimento interno, onde a CAS tem a possibilidade de propor modificações no mesmo.

De acordo com a Lei (7.328/93), a CAS está obrigada a reunir-se apenas duas vezes por ano, momentos em que ocorreriam as Seleções Finais de projetos de cada edital. Entretanto, os participantes desta Comissão avaliaram que na prática isto não seria suficiente, e assim passaram a ser realizadas em média de doze a quinze reuniões por semestre (aproximadamente três reuniões por mês). Também de acordo com esta Lei, apenas duas reuniões por ano – as de Seleção Final dos projetos – deveriam ser públicas. Entretanto, a administração do FUMPROARTE insistiu para que *todas* as reuniões fossem públicas, e assim tem funcionado desde o primeiro concurso.

Estímulo  
à cultura

O **concurso** do FUMPROARTE é realizado duas vezes ao ano (uma por semestre), onde os projetos das diversas áreas artísticas concorrem entre si. O processo inicia-se com a divulgação do edital, feita por intermédio da distribuição de material de divulgação nos pontos relacionados à cultura no Município (diversas sedes da Secretaria Municipal de Cultura, teatros, locais onde se realizam exposições, shows musicais, etc.), e também através da imprensa.

Em seguida ocorre o processo de **seleção dos projetos**. Numa primeira etapa, são analisados os projetos quanto à sua conformidade com as exigências do edital. Isto é feito pelo chamado Comitê Assessor, composto por cinco funcionários da Secretaria Municipal de Cultura. Em média, cerca de 40% dos projetos são eliminados nessa primei-

ra fase, por falta de algum documento, assinatura, ou alguma outra irregularidade legal.

Os projetos finalistas são lidos (na íntegra, ou ao menos em sua forma resumida) e avaliados por *todos* os membros da CAS, e na sequência é realizada a reunião de Seleção Final dos projetos, também em sessão aberta. Nessa ocasião, cada projeto é comentado pelos membros da CAS, procedendo-se então à aprovação final. São aprovados os projetos que recebem ao mesmo tempo a maior pontuação, e o maior número de votos. Esta votação é feita durante a sessão e os números vão sendo projetados em um telão para o acompanhamento dos participantes.

Estímulo  
à cultura

## Resultados

Em seus onze anos e meio de funcionamento, o FUMPROARTE já financiou 460 projetos, em diversas áreas artísticas e culturais, o que representa um investimento total de R\$ 9.489.941,69.

No primeiro ano de funcionamento, concorreram aos editais do FUMPROARTE 74 projetos. Essa demanda aumentou significativamente, sendo que no ano passado o total de projetos submetidos ao processo de seleção foi de 366. Acompanhando esse crescimento da demanda, que foi de 392%, o orçamento destinado ao fundo também cresceu, em proporção um pouco maior: 410%. Assim, o orçamento de 2004 foi de R\$ 1.340.000,00, contra R\$ 262.506,00 em 1994. Esse valor referente ao ano de 2004 representou aproximadamente 0,08% do orçamento total do Município de Porto Alegre, e 7,5% do orçamento da Secretaria de Cultura do Município.

Observa-se assim que, na medida em que o FUMPROARTE depende apenas de uma porcentagem do orçamento municipal, a qual pode variar de um caso a outro, havendo vontade política e uma comunidade artística interessada e atuante, experiências semelhantes podem ser implementadas em diversos municípios brasileiros, inclusive os de pequeno porte.

**REDE  
ILUMINAR  
CAMPINAS**

**Área de Implantação:**

Campinas

**Instituição:**

Secretaria Municipal de Saúde

**Endereço:**

Av. Anchieta, 200

Campinas - SP

CEP: 13015-904

Tel: (19)3735-0781 (19)3735-0287

**Contato:**

Verônica Gomes Alencar

E-mail: vgalencar@hotmail.com

# Humanizando o atendimento às vítimas de violência

A VIOLÊNCIA SEXUAL E DOMÉSTICA  
COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Campinas, o segundo maior município do estado de São Paulo, tem como um dos seus principais problemas a violência em suas diversas manifestações. Para enfrentar o problema da violência sexual e da violência doméstica a prefeitura de Campinas criou a rede Iluminar. A rede trabalha com o conceito de que a violência é um problema de saúde pública e não somente um problema policial. Por isso, o foco está no acolhimento da pessoa fragilizada pela situação de violência e no atendimento de qualidade à todas as vítimas de violência sexual e doméstica da cidade.

A formação da rede teve início a partir de um seminário, em 2001, que envolveu diversos órgãos governamentais, municipais



e estaduais, das áreas de saúde, educação, segurança pública e também organizações da sociedade civil envolvidas na luta contra a violência. Elaborou-se então uma carta de intenções, dirigida ao prefeito, norteadora a criação da Rede Iluminar. A articulação da rede começou com a organização do fluxo de atendimento das vítimas de violência, que instituiu oficialmente os caminhos a serem seguidos pelas vítimas de violência dentro da rede. Ao mesmo tempo, foram capacitados 800 profissionais da rede pública e de instituições parceiras. A rede articula conselhos comunitários, instituições de saúde, de educação e de segurança pública, tanto municipais quanto estaduais.

Os recursos iniciais, da ordem de cem mil reais, repassados pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal, foram usados na capacitação dos profissionais da rede, na elaboração de materiais de divulgação, na reforma do Instituto Médico Legal e na compra de equipamentos. Após a implantação, as atividades da rede são executadas com recursos do orçamento dos respectivos responsáveis, o que garante sua sustentabilidade, já que a torna auto-suficiente em termos de recursos.

## Funcionamento da Rede

A rede Iluminar Campinas busca conectar vários serviços, de diferentes especificidades, instituições e pessoas, para o atendimento humanizado das vítimas de violência sexual e de violência doméstica, acolhendo as vítimas e cuidando delas no momento em que estão mais vulneráveis, evitando assim o processo de revitimização. Suas ações são orientadas pelo conceito ampliado de saúde, onde os aspectos psicológicos, físicos e sociais são indissociáveis na busca da qualidade de vida e da saúde integral do ser humano. A rede também trabalha para criar mecanismos que facilitem o rompimento do ciclo de violência. Por isso, as vítimas são orientadas para a importância de denunciar, realizar boletim de ocorrência e exame de corpo delito para que o processo judicial seja instaurado e se possa realmente punir os responsáveis.

## Violência: fenômeno multifacetado

A inovação do projeto reside na concepção de violência como um fenômeno multifacetado que não pode ser reduzido a um único campo de saber ou serviço específico, envolvendo vários segmentos como a segurança pública, a educação e a saúde. As ações mais importantes da rede são a humanização do atendimento, a atenção integral às vítimas e a criação do sistema de Notificação SISNOV.

A humanização do atendimento busca possibilitar as vítimas um atendimento imediato, onde o acolhimento e a atenção individualizada para cada caso são fundamentais e espera-se que faça com que a vítima se sinta amparada durante todo o processo. Assim, as ações dos profissionais da rede são voltadas para o rompimento do ciclo de violência e se caracterizam pela disponibilidade para ouvir, acolher e cuidar.

Humanizando  
o atendimento  
às vítimas de  
violência

A atenção Integral às vítimas inclui o cumprimento do protocolo de atendimento médico, definido pelo Ministério da Saúde, e tem possibilitado a diminuição significativa dos casos de gravidez indesejada, contaminação por HIV/AIDS, e outras doenças sexualmente transmissíveis como a hepatite.

Em relação a notificação compulsória, foi instituído o sistema informatizado de notificação de casos de violência – SISNOV, que busca romper com a falta de sistematização dos dados e dar visibilidade aos números da violência doméstica e sexual. Neste sistema estão integrados três programas voltados ao combate da violência na cidade: “O quebrando o silêncio”, dirigido às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, o “Rotas Recriadas”, dirigido às crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual e o “Iluminar Campinas”, dirigido ao atendimento de vítimas de violência sexual ou doméstica de qualquer idade. Este sistema já está funcionando e os casos estão sendo notificados. A expectativa é que a partir de agosto de 2005 todos os casos atendidos pela rede sejam notificados.

Em 2004 foram atendidas 339 pessoas. Sendo que, eram 196 casos de estupro em mulheres e adolescentes do sexo feminino, 174 foram atendidos antes das 72 horas, garantindo a eficácia dos procedimentos de prevenção. Não foi registrado nenhum caso de contaminação por DST/AIDS. Das 22 mulheres atendidas após este período, 12 solicitaram o abortamento previsto em lei para os casos de estupro. Quanto às crianças e adolescentes foram registrados 123 casos de violência sexual, sendo 98 casos de violência sexual doméstica, dos quais somente 29 foram atendidos antes de 72 horas. Em relação a homens acima de 16 anos, foram atendidos dez casos. Em três casos foi possível realizar os procedimentos antes de 72 horas, garantindo a prevenção. Os outros sete casos foram oriundos de violência doméstica ou de prisões da cidade.

O Iluminar Campinas é um exemplo de como o poder público pode ter um papel fundamental no planejamento e implantação de políticas públicas intersetoriais para enfrentar questões complexas como a violência sexual e doméstica. O trabalho em rede possibilita a ampliação dos serviços prestados e o envolvimento de um grande número de profissionais na luta para prevenir e tratar os agravos causados pela violência. Essa iniciativa, não necessita de grandes investimentos financeiros por se tratar da articulação de serviços existentes para execução da mesma política pública.

A rede tem atingido os objetivos a que se propôs e tem sido um potente instrumento para quebrar o ciclo da violência, seja através das denúncias de casos de violência sexual urbana, seja no atendimento integral das crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual.

A rede Iluminar demonstrou, por meio dos resultados alcançados e dos relatos dos profissionais envolvidos com o cuidado das vítimas, que mais importante do que criar novos serviços é articular os serviços existentes e capacitá-los para lidar com a violência sexual e doméstica.

**PROJETO  
TREVO DE  
QUATRO  
FOLHAS**

**Área de Implantação:**

Sobral (CE)

**Instituição:**

Secretaria Municipal de Saúde  
e Ação Social

Rua Boulevard João Barbosa, 568

Sobral - CE

CEP: 62010-190

Tel: (88)3677-1200:

**Contato:**

Francisca Julha dos Santos Souza

# Salvando Vidas

AÇÕES MELHORAM A QUALIDADE DE VIDA  
DAS MÃES E CRIANÇAS DE SOBRAL

O município de Sobral é tradicionalmente conhecido por seu pioneirismo nas ações de saúde. Considerado um dos berços do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e do Programa Saúde da Família (PSF), desde os anos 90 o município tem desenvolvido ações para reduzir a morbi-mortalidade infantil – que chegou a cair de 43 óbitos por mil em 1997 para 29 em 2001.

Implantado em 2001, O Programa Trevo articula uma rede com mais de 1000 atores já envolvidos com a atenção materno-infantil que, conjuntamente, reorganizam e repactuam as ações para melhorar as condições de acesso e a qualidade de vida das mães e crianças de Sobral. O Trevo se tornou uma estratégia voltada

para a reorganização da assistência, buscando, a partir da pactuação de ações, que os diversos segmentos já envolvidos com a saúde materno-infantil melhorassem o atendimento de forma integral e intersetorial a partir de um monitoramento das diversas ações.

## Desvendando o Trevo

O trabalho do Programa Trevo está baseado em uma lógica de rede, na qual estão envolvidos diversos segmentos – hospitais públicos ou particulares, equipes de PSF, Unidades Básicas de Saúde, creches, Pastoral da Criança, comunidade, Mães Sociais, Madrinhas Sociais, entre outros.

Salvando  
Vidas

A estratégia do Trevo tem duas linhas básicas de ação: 1) A reorganização e a melhoria da qualidade da atenção ao pré-natal, ao parto, ao puerpério e ao bebê do nascimento aos dois anos de vida e 2) A garantia de que as mulheres tenham todo o apoio necessário desde a gestação até o primeiro ano de vida da criança. Para garantir o cuidado das gestantes, puérperas, mães e crianças, o Programa está organizado em quatro fases: Gestão do Cuidado no Pré-Natal; Gestão do Cuidado no Parto e Puerpério; Gestão do Cuidado no Puerpério e no Período Neonatal; Gestão no Cuidado nos Dois Primeiros Anos de Vida.

Além da lógica de rede, o Programa Trevo de Quatro Folhas se baseia no acompanhamento, monitoramento e avaliação dos dados. Para tanto, foram criados indicadores de processo e de resultado para cada fase da gestão do cuidado. As informações são passadas mensalmente pelas Unidades Básicas de Saúde e pelos hospitais. Estes relatórios compõem um mapa que contém as informações referentes à situação dos indicadores de qualidade da atenção materno-infantil em cada Unidade de Saúde da Família.

Com base nestas informações, as preceptoras de área – enfermeiras responsáveis por acompanharem o andamento da cada área – avaliam o desempenho das equipes e redefinem com

elas as estratégias para melhorias. As preceptoras, por exemplo, realizam reuniões com os Agentes Comunitários de Saúde pedindo para estimularem grupos de planejamento familiar, ou os grupos de gestante. Algumas vezes também pedem para que as enfermeiras realizem maior acompanhamento do trabalho dos ACS.

No caso de óbitos maternos, perinatais e infantis, o Trevo realiza autópsia verbal, visitando e entrevistando as famílias e buscando todas as informações sobre o caso – seja nos postos, na caderneta, nos prontuários de atendimento ou nos hospitais. Em posse de todas essas informações, entra em cena o Comitê de Prevenção da Mortalidade Materna, Perinatal e Infantil de Sobral. Ele se reúne mensalmente para discutir cada um dos óbitos e dar os encaminhamentos e melhorias necessárias. Além disso, o Comitê busca identificar as falhas e os êxitos no atendimento à gestante, à puerpera e à criança. Com base nisso, são classificados os óbitos segundo os critérios de evitabilidade e responsabilidade (definidos pela Fundação SEADE) e são encaminhados aos órgãos e setores responsáveis.

Salvando  
Vidas

## **Envolvendo a comunidade**

Para garantir o envolvimento da comunidade com o programa, o Trevo se baseia no trabalho das Mães Sociais, das Madrinhas e dos Padrinhos Sociais.

O apoio à gestante e às crianças é garantido por meio da atuação das Mães Sociais. Elas são mulheres da comunidade selecionadas, capacitadas e remuneradas para assumir, na ausência de condições, algumas tarefas domésticas da gestante ou da mãe de criança em situação de risco clínico e social, promovendo o auto-cuidado da gestante, o aleitamento materno e os cuidados da criança.

Atualmente há 167 mães selecionadas e capacitadas no município que são chamadas para trabalharem nas situações em que exista algum tipo de risco.

As Mães Sociais atuam tanto nas residências, auxiliando nos cuidados à gestante e às crianças e nas tarefas domésticas, como nos hospitais, acompanhando as crianças internadas.

As Madrinhas e Padrinhos Sociais são pessoas da sociedade civil que se solidarizam com o ideal do programa e que contribuem com uma quantia mensal para o apoio à alimentação das gestantes, nutrizes e crianças com carências nutricionais. Elas também se mobilizam para captar outros auxílios básicos, como filtros de água, fogões, roupas e sapatos, entre outros.

Salvando  
Vidas

O Programa conseguiu ter uma redução da mortalidade infantil de 29,2 para 18,37 óbitos/mil entre 2001 e 2002. Em 2003 e 2004 as taxas foram respectivamente 23,1 e 26,3, sendo que as taxas não foram menores devido ao aumento de óbitos não evitáveis (por problemas de formação fetal, por exemplo).

A taxa de mortalidade materna teve um decréscimo constante de 83,3 para 100.000 em 2001 para 59 em 2004. Houve um grande aumento na taxa de captação precoce das gestantes (de 38 para 48% de captação no primeiro trimestre da gestação) e no número de gestantes com seis ou mais consultas durante a gestação (de 59,8% para 75,1%).

A análise de Caderneta da Mãe e da Criança por meio de entrevistas chegou a contemplar 98% das gestantes e puérperas. Entre 2002 e 2004 foram acompanhadas, com planos de cuidados, 1.126 famílias e entregues 705 cestas básicas para gestantes, 1.101 para nutrizes e 1.076 para crianças. Neste período também foram realizadas 180 atuações de Mães Sociais com gestantes, sete com parturientes, 285 com nutrizes e 519 com crianças. Nestes anos também houve um aumento de 13 para 130 Madrinhas e Padrinhos Sociais.

**PROGRAMA  
DE MELHORIA  
DA MOBILIDADE  
PARA  
MORADORES  
DE VILAS  
E FAVELAS  
DE BELO  
HORIZONTE**

**Área de implantação:**

Belo Horizonte – MG

**Instituição:**

Empresa de Transportes e Trânsito de  
Belo Horizonte (BHTRANS)

**Contato:** Ricardo Mendanha Ladeira

Av. Engenheiro Carlos Goulart, 900

Belo Horizonte – MG

Telefone: (31)3379-5522 – Fax:

(31)3379-5660

Site: [www.pbh.gov.br/bhtrans](http://www.pbh.gov.br/bhtrans)

E-mail: [geatubht@pbh.gov.br](mailto:geatubht@pbh.gov.br)

# Microônibus abre passagem

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA  
AMPLIA CONQUISTAS

Iniciativa da BHTRANS, o Programa visa melhorar a oferta de serviço de transporte público às comunidades pobres da cidade. Belo Horizonte possui 2.350.564 habitantes, dos quais 498.642 moram em vilas e favelas – entre estas estão as cinco comunidades com 87.701 habitantes atendidas pelas sete linhas de microônibus do Programa.

O Programa pratica tarifa subsidiada – uma necessidade, pois oferece linhas circulares nas comunidades pobres. A BHTRANS remunera as empresas de ônibus da cidade pelo serviço; compara os custos e a arrecadação de cada uma delas e garante a todas a mesma taxa de lucro por meio de equalização op-



erada na Câmara de Compensação Tarifária (CCT). A CCT viabiliza o Programa para Vilas e Favelas ao transferir recursos das linhas superavitárias para as deficitárias.

A primeira linha implementada foi a 319, em 1996, nas comunidades da Vila Cemig e do Conjunto Esperança. Na sequência vieram as demais: a linha 201, em 1998 no Aglomerado Morro das Pedras; em 2000 foram implementadas a 101, no Aglomerado Santa Lúcia; a 203, no Aglomerado Morro das Pedras/Ventosa; a 321, na comunidade de Olhos d'Água Pilar; a 102, na Vila Nossa Senhora de Fátima (Aglomerado da Serra); e a 103, na comunidade de Cafezal (Aglomerado da Serra).

Microônibus  
abre passagem

Atualmente, a tarifa é a mesma para todas as linhas do Programa e permite a integração com o ônibus convencional no prazo de noventa minutos, graças ao bilhete eletrônico. As comunidades atendidas situam-se em áreas de morros, cujas vias são íngremes e estreitas, por isso os veículos foram transformados em microônibus – são estreitos, encurtados e têm sistemas de freio, embreagem e o motor superdimensionados. As necessidades de maior deslocamento eram tão grandes que o uso das linhas do Programa para a circulação interna nas comunidades se tornou intenso logo no início, facilitando a mobilidade até postos de saúde, escolas, comércio e trabalho.

## **A comunidade decide a rota das mudanças**

O Programa tem parcerias importantes como as mantidas com a Companhia Urbanizadora da Capital (URBEL) – que realiza melhorias viárias para a operação dos microônibus – e com a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), que investe na melhoria da infra-estrutura dos Aglomerados. A comunidade atendida, por meio das CRTTs e das associações de moradores, elabora em conjunto com a BHTRANS melhorias nos itinerários, quadros de horários das linhas e localização de pontos de ônibus.

A parceria com a comunidade é muito importante também para contornar a questão da violência. Quando as linhas entraram em operação houve problemas de desrespeito ao serviço, como o não pagamento de passagens. A falta de segurança, com trocas de tiros na linha, assaltos e vandalismo, tornava difíceis as condições de trabalho. Todos se uniram para conscientizar as pessoas e resolver os problemas: as comunidades, por meio das CRTTs, com o apoio da BHTRANS e das empresas de ônibus. Hoje a situação se inverteu e os microônibus são respeitados e vistos como um grande benefício.

Para melhorar as condições de trânsito as pessoas são incentivadas a não estacionar em locais proibidos, a não colocar mesinhas na rua e a cuidar de suas crianças e de seus cachorros, que são motivo de aflição para os motoristas ao saírem correndo das residências. Com as ruas alargadas para a passagem do microônibus a movimentação aumentou, as pessoas perderam o medo de se deslocar a pé, o espaço público se ampliou e o acesso a serviços como coleta de lixo e passagem de ambulâncias ficou mais fácil.

Microônibus  
abre passagem

## Conquista da mobilidade

Com reurbanização prevista pela URBEL, os aglomerados da Serra e Santa Lúcia passarão a contar com ônibus comum. No Conjunto Esperança a via principal já foi alargada e pleiteia-se uma linha de ônibus comum. Mesmo com essas alterações, as comunidades fazem questão que o microônibus seja mantido – defendem que o serviço é muito bom. Afirmam que a mobilidade alcançada só foi possível em função da tarifa social e que se esse benefício se perder, muito do que foi conquistado também se perderia.

No Santa Lúcia, o microônibus facilitou as compras em um sacolão próximo. O acesso ao mercado de trabalho também melhorou, uma vez que há nas proximidades um bairro de alto padrão e um shopping. No Aglomerado da Serra, os trabalhadores que se deslocam para áreas distantes dependem do microônibus para venc-

er o trecho mais difícil e depois caminham pelas avenidas mais planas porque não podem pagar a tarifa dominante. No Morro das Pedras, idosos utilizam o serviço para ir ao posto de saúde. Em todas as comunidades o microônibus é um facilitador do acesso ao trabalho, como demonstram os veículos cheios no horário de pico, e às escolas – só no Aglomerado da Serra há cerca de cinco mil estudantes usuários. A grande redução do tempo de deslocamento para acessar outras linhas de ônibus é também uma importante conquista. Para melhorar o atendimento, a BHTRANS aumenta progressivamente o número de viagens.

Com atuação baseada em uma relação crescentemente positiva entre o poder público e a sociedade civil, o Programa é promotor da cidadania, ao ser gerenciado em conjunto com a população. Comunidades antes excluídas foram integradas à cidade ao seu redor, com acesso igual ao sistema de transporte e, através dele, à rede de serviços e à atividade econômica. A melhoria no acesso a escolas, comércio, serviços de saúde, atividades comunitárias ou culturais, dentro e fora das comunidades, tem tido o efeito de articulá-las melhor internamente e com o conjunto da cidade. A gestão da BHTRANS permite ainda integrar a provisão de transporte na cidade com outras responsabilidades do poder público, como a construção de infra-estrutura e o desenvolvimento local.

Uma das conquistas mais importantes do Programa é a sua real abertura à participação comunitária, que leva ao engajamento da sociedade nas ações desenvolvidas. Esta participação permitiu diversas realizações no âmbito do Programa que influenciaram a mobilização social em outras áreas e, de modo geral, produziram transformações muito positivas na cultura política dos envolvidos.

**PLANO  
MUNICIPAL  
INTEGRADO DE  
SEGURANÇA  
PÚBLICA**

**Área de implantação:**

São Carlos (SP)

**Instituição:**

Sec. Mun. de Governo

Rua Conde do Pinhal, 2017

São Carlos - SP

CEP: 13560-905

Tel: (16)3362-1045

**Contato:**

João Batista Muller

**e-mail:**

[gabinete@saocarlos.sp.gov.br](mailto:gabinete@saocarlos.sp.gov.br)

# Segurança para o cidadão

PROGRAMA INTEGRA AS AÇÕES  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

A violência urbana e o sentimento de insegurança são questões prementes nos dias de hoje. A Constituição Federal de 1988 atribui a responsabilidade pela segurança pública aos governos estaduais, entretanto são os municípios que vivem mais de perto a realidade da violência e estão mais próximos dos cidadãos.

O crescimento do desemprego e a falta de perspectivas para a população jovem, a expansão da cultura da violência e da impunidade, a falta de investimentos públicos nas áreas urbanas mais pobres e efetivos insuficientes das Polícias Militar e Civil, o aumento dos indicadores de violência e um forte sentimento de insegurança na população são comuns em diversas cidades brasileiras. Em São Carlos, no Estado de São Paulo,

não é diferente e a questão da segurança pública aparecia como uma das principais prioridades dos cidadãos.

Em 2001, uma comissão designada pela prefeitura de São Carlos elaborou o Plano Municipal Integrado de Segurança Pública com o objetivo de melhorar todo o sistema de segurança pública do município, dentro do marco institucional do Plano Nacional de Segurança Pública.

A Comissão era composta por representantes da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Polícias Civil e Militar e o CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança).

Segurança  
para o  
cidadão

Na concepção do Plano, entendeu-se que o Poder Público Municipal deveria agir como catalisador de um processo de articulação e integração dos setores envolvidos com o enfrentamento da violência, incorporando também a participação efetiva da sociedade. A base do Plano é o conceito de Segurança Cidadã, segundo o qual o combate à criminalidade deve extrapolar os limites da repressão policial e do combate ao crime em seu sentido mais imediato, agindo sobre as suas causas, o que requer diversas ações integradas.

## As frentes de ação do Plano

*Criação da Guarda Municipal*, mediante convênio com o Ministério da Justiça, que disponibilizou recursos financeiros para a realização de concurso público de admissão, treinamento e a compra de alguns equipamentos, viaturas e motocicletas. Exerce a segurança comunitária e preventiva dos bens, instalações, serviços públicos municipais e de todas as escolas do município.

*Criação do Fundo Municipal de Segurança Pública e do Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros*, assegurando o repasse de recursos a órgãos que exercem papel fundamental na segurança do município, o que permitiu que se fornecesse *Apoio material às Polícias Militar, Civil e Ambiental e Corpo de Bombeiros*, fazendo doações e comprando equipamentos, viaturas e motocicletas, reformando instalações e garantindo alimentação

e outras despesas de custeio do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, Civil, e Ambiental, além da estruturação da Defesa Civil no município.

*Criação e implantação de Cadastro Único*, identificando famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo, realizado pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social em parceria com o Governo Federal e o Núcleo de Pesquisa e Documentação “Prof. José Albertino Rodrigues” do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, permitindo dessa forma a construção de uma rede maior de proteção social sem duplicidade de benefícios e permitindo um instrumento maior de avaliação das políticas públicas de inclusão social. De um universo de 5.200 famílias 4.590 famílias recebem um ou mais benefícios mensais (contemplando 90% das famílias cadastradas).

Segurança  
para o  
cidadão

*Atenção prioritária à criança e ao adolescente* em projetos nas áreas de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, assim como no suporte ao pleno funcionamento do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, garantindo as instalações e apoio de pessoal administrativo e infra-estrutura.

*Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) para o Jovem autor de ato infracional*, que parte da idéia de que a vida de um adolescente é muito mais ampla que um ato infracional isolado. Uma técnica do serviço social realiza uma entrevista com o menor e com seus responsáveis, elaborando um atendimento e relatório bio-psicossocial, que é encaminhado com o Boletim de Ocorrência ao Ministério Público e ao Juiz da Infância, que se integra ao processo e oferece elementos que permitem avaliar a melhor medida a ser aplicada ao adolescente.

Há municípios em que entre a apreensão pela polícia até a aplicação da medida sócio-educativa o lapso temporal é de até dois anos, em São Carlos, o tempo médio de três dias. O índice de reincidência criminal juvenil de São Carlos é de 2,7% ante uma média estadual de 33% e a média de um jovem internado na FEBEM para cada 70 mil habitantes, em contraste a um jovem internado na FEBEM para cada nove mil habitantes das cidades vizinhas.

*Criação e implantação do Conselho Municipal de Segurança Pública*, que estabelece entre os diversos níveis de governo e órgãos de segurança atuantes no município, a cooperação nas atividades buscando a otimização e complementaridade de suas ações e criar e manter um banco de dados com informações sobre violência e criminalidade no município.

*Programa de Recuperação de Espaços Públicos*, resultado de solicitações do Orçamento Participativo, envolvendo obras em áreas que anteriormente eram ocupadas pelo comércio irregular, prostituição, tráfico de drogas e voltaram a ser espaços seguros.

*Implantação do Programa Reluz* com a substituição de 99% das lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio.

## Colhendo resultados

O Plano elabora ações preventivas contra a violência, atacando suas causas, além de implementar políticas e ações integradas de inclusão e assistência social, educação, cultura e, em geral, de melhoria da qualidade de vida da população. A cooperação e as ações integradas otimizam os recursos públicos, geralmente escassos para investimentos na área da segurança. A cooperação, a agilidade e a economia geradas possibilitaram a aplicação de recursos municipais em investimento e custeio da Polícia Militar e da Polícia Civil, além de atender 96% das demandas do Orçamento Participativo pela recuperação de praças e espaços públicos que expulsou os traficantes e trouxe a população de volta às ruas e às praças.

Como resultado, dos 61 municípios com mais de 100 mil habitantes no Estado de São Paulo, São Carlos apresenta hoje o 7º menor índice de criminalidade, além de ter reduzido sensivelmente o número de mortes no trânsito (municipalização do trânsito) e os crimes mais graves, enquanto municípios vizinhos do mesmo porte tiveram crescimento dos índices. Isso só foi possível graças a ações do Poder Público municipal e da parceria e cooperação deste com órgãos do governo estadual e federal.

**PROJETO DE  
EDUCAÇÃO  
INDÍGENA ALTO  
RIO NEGRO**

**Área de Implantação:**

São Gabriel da Cachoeira (AM)  
território indígena

**Instituição:**

Federação das Organizações Indígenas  
do Rio Negro

Av. Álvaro Maia, 70

São Gabriel da Cachoeira - AM

CEP: 69750-000

Telefones: (97)471-1349

contato: André Fernando

E-mail: foirn@foirn.org.br

# A aldeia faz escola

EDUCAÇÃO INDÍGENA FORTALECE  
IDENTIDADE E PROMOVE O DESENVOLVIMENTO

Educação para quê? Que tipo de Educação queremos? Estas são as perguntas que as comunidades participantes do Projeto Educação Indígena do Alto Rio Negro fazem constantemente para decidir o seu futuro. O Projeto, coordenado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) desde 1999, surgiu com o objetivo de desenvolver escolas que valorizem as línguas e culturas das diferentes etnias locais, que sejam criadas e geridas pelas comunidades indígenas e associações e que sejam voltadas para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

A FOIRN é uma associação civil sem fins lucrativos que visa defender os direitos dos povos indígenas. Ela representa cerca de



750 aldeias, nas quais habitam mais de 35 mil índios, o que corresponde a aproximadamente 10% da população indígena do Brasil. Nesta região, estão presentes 22 grupos étnicos diferentes, representantes das famílias lingüísticas: Tukano, Aruak, Maku e Yanomani, espalhados em uma área de 10,6 milhões de hectares de terra, que inclui os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, no Estado do Amazonas.

Missionários chegaram à região no século XVIII e no início do século XX instalaram as missões salesianas. Desde meados da década de 1920, a atuação das igrejas é mantida pelo Estado, relação formalizada na década de 1960 por meio de convênios. A rede de escolas estaduais é comandada pelos padres e freiras. Se por um lado a igreja contribuiu para o alto índice de alfabetização na região, por outro interferiu em muitos aspectos da organização social tradicional indígena. Por exemplo, ao proibir todo tipo de manifestação cultural dos povos, inclusive o uso da língua nativa. O incentivo dado ao aluno para permanecer na sala de aula acontecia em detrimento de atividades típicas indígenas como a pesca, a caça e o trabalho na roça.

Esse tipo de educação resultava em baixa auto-estima dos indígenas e em forte perda de identidade, com prejuízos ao indivíduo e à comunidade, pois a aldeia sofria intenso esvaziamento em razão das migrações para a cidade.

## **Construção de uma educação indígena**

A motivação por uma educação indígena diferenciada na região ganhou força na época da Assembleia Nacional Constituinte. Só em 1997, porém, foi estabelecida parceria entre o poder público – Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de São Gabriel da Cachoeira –, a FOIRN e o Instituto Socioambiental (ISA). As questões macro ficaram a cargo da Secretaria e FOIRN e ISA tornaram-se responsáveis pela elaboração de um projeto de educação voltado à formação de cidadãos indígenas capazes de criar

seu próprio projeto de futuro nas suas microrregiões. Após uma série de discussões, decidiu-se criar escolas experimentais guiadas por esse objetivo.

A FOIRN obteve apoio financeiro de diferentes organizações norueguesas. Durante 1998, a FOIRN, o ISA e as comunidades elaboraram o Projeto de Educação Indígena do Alto Rio Negro. Atualmente, o Projeto possui três pilares: 1) Estruturação de escolas experimentais; 2) Oficinas de formação continuada, que incluem o apoio e valorização às diferentes línguas com publicação de materiais didáticos e incentivo à organização de novas escolas; 3) Articulação com as diferentes esferas governamentais na implementação de políticas públicas voltadas para a educação indígena.

A aldeia  
faz escola

Hoje os assessores pedagógicos do ISA atuam na sistematização de conhecimentos, na elaboração do projeto político-pedagógico e nas reuniões de articulações governamentais. Os professores das escolas-piloto são membros de sua própria comunidade, indicados pelas respectivas Associações escolares e são remunerados pelo município. As escolas são parte da rede municipal de educação de São Gabriel da Cachoeira e oferecem ensino fundamental. Todo o apoio técnico-pedagógico e demais recursos necessários para gerir as escolas são da FOIRN.

## **Retomada das tradições cria novos caminhos de desenvolvimento**

As escolas-piloto do Alto Rio Negro são: Pamáali, das etnias Baniwa e Coripaco, com 27 comunidades; Tuyuka Utapinozona, da etnia Tuyuka, com sete comunidades; Yupuri, das etnias Tukano, Desana, Hupdê, Yuhupdê e Miriti-Tapuia, com 12 comunidades; e Kumuno Wu'wu, da etnia Wanana, com oito comunidades.

O calendário escolar é adaptado às realidades locais – adota-se o sistema de alternância entre ciclos escolares e etapas de trabalho. O currículo varia entre os povos da região e é construído com toda a co-

munidade – pais, mães e anciãos – por meio de oficinas. A participação da comunidade se dá também nas aulas: agentes indígenas de saúde promovem oficinas na escola, anciãos narram lendas tradicionais, agrônomos orientam os alunos na incubadora de peixes e no galinheiro. As aulas não se limitam às salas e ocorrem em diferentes espaços da comunidade: rios, cachoeiras, floresta, roça. O princípio do aprender fazendo orienta as atividades.

Atualmente, as escolas-piloto apresentam índice de evasão zero. O número de matrículas aumenta a cada dia e várias escolas da região aderem à metodologia diferenciada. Estima-se que do total de 200 escolas municipais o Projeto atinge 30% diretamente e 40% de forma indireta. Os programas de formação continuada dos professores são prioridade, o que se reflete na qualidade das aulas.

O Projeto alcançou conquistas memoráveis: a língua tuyuka, ameaçada de extinção, permaneceu, graças ao trabalho de resgate e sistematização, e tornou-se a língua principal da escola. A comunidade não só resgatou seus valores como encontrou uma fonte de renda: as vendas do livro “Histórias Tuyuka de rir e de assustar”, publicado em português, e do CD de músicas tradicionais, revertem fundos para a Associação investir na melhoria da escola. Conquistas como essa também podem ser observadas em outras comunidades. A formatura da primeira turma de alunos da escola Pamáali, em 2004, simboliza a vitória do Projeto: por iniciativa dos alunos, decidiu-se apresentar na cerimônia uma dança típica não praticada há mais de 60 anos, o que só foi possível graças às aulas dos poucos anciãos que ainda vivem nas comunidades. Emocionados, os mestres anciãos relataram que apenas na infância haviam visto alguém dançar daquele modo. A próxima meta é implantar o ensino médio em 2006.

Mais do que um projeto de educação, esta é uma história de luta pelos direitos indígenas na região do Alto Rio Negro, aliada ao resgate de seus valores e crenças, de sua própria identidade. A educação torna-se um importante instrumento para atingir o desenvolvimento sustentável e, assim, obter melhor qualidade de vida, com respeito ao modo de ser e viver dos povos indígenas.

**PROJETO  
REMÉDIO  
EM CASA**

**Área de implantação:**

Rio de Janeiro (RJ)

**Instituição:**

Secretaria Municipal de Saúde

Rua Afonso Cavalcanti, 455

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20211-901

Tel.: (21)2503-2026

**Contato:**

Antônio Carlos Marques

Figueiredo Ramos

**E-mail:**

hipertensao@rio.rj.gov.br

# Garantindo a saúde

PROGRAMA LEVA REMÉDIO  
À CASA DO PACIENTE

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um plano de saúde pública cujos três grandes pilares são a universidade, a integralidade e a equidade de atenção. É considerado um plano ambicioso diante da profunda desigualdade socioeconômica do país.

O Brasil enfrenta grandes dificuldades de universalidade e acesso ao serviço público de saúde. O município do Rio de Janeiro, com uma população superior a 6 milhões de habitantes, vem sofrendo ao longo dos anos uma grave crise no sistema público de saúde.

Um dos grandes desafios enfrentado pelo município do Rio de Janeiro e pelos grandes centros urbanos é o alcance limitado dos pro-

gramas de saúde e a dificuldade de fornecimento de remédios. Nesse contexto, torna-se imprescindível à busca por estratégias que contornem alguns desses problemas. Uma solução encontrada pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, em 2002, foi o Projeto Remédio em Casa.

## Como funciona

O paciente vai ao posto de saúde para uma consulta médica e se inscreve no Programa de Hipertensão e Diabetes. O médico faz uma receita eletrônica, com o nome do medicamento a ser utilizado e a periodicidade e as informações são armazenadas em rede nos sistemas da SMS. Ao final, o médico marca uma próxima consulta e, se o paciente faltar, são interrompidas as remessas de medicamentos até que retorne ao acompanhamento médico. É elaborado um cadastro do paciente, enviado pelo sistema à empresa encarregada pela entrega. O paciente recebe o medicamento em sua casa o medicamento até a data da próxima consulta já agendada.

Os Programas de Hipertensão e Diabetes atenderam, em julho de 2005, mais de 400.000 pacientes. Além das consultas periódicas com médicos clínicos, os Programas oferecem consultas multidisciplinares (com nutricionista, assistente social, psicólogo, entre outros) e ações educativas individuais e de grupo.

A central de gerenciamento do Projeto Remédio em Casa situa-se na SMS-RIO junto às instalações do Programa de Hipertensão e Diabetes. No entanto, o projeto se desenvolve em 112 unidades da rede municipal de saúde do Rio de Janeiro (109 postos de saúde e três Programas de Saúde da Família), no qual são oferecidos os Programas de Hipertensão e Diabetes. Cada unidade de saúde está equipada com um computador ligado em rede com a central e com as demais unidades e um operador do sistema responsável pelo Remédio em Casa. Todas as unidades de saúde tiveram que ser equipadas para atender as exigências de instalação do Projeto.

São geradas as etiquetas auto-adesivas contendo informações sobre o destinatário e detalhes relacionados à prescrição/remessa a ser atendida. São impressas quatro etiquetas auto-adesivas e afixadas em caixas de papelão personalizado pela SMS-RIO. Há um campo, em uma das etiquetas, que tem sido usado como mala direta, com mensagens direcionadas por unidade de origem, sexo, faixa etária, doenças, etc.

O projeto oferece toda comodidade aos que precisam tomar diariamente remédios para que possam freqüentar grupos educativos e/ou ser atendido por psicólogos, assistente social, entre outros da equipe multidisciplinar dos Programas de Hipertensão e Diabetes. Por outro dado, o projeto facilita a liberação das agendas médicas para o atendimento de outros pacientes.

Garantindo  
a saúde

Somente podem participar do programa de remessa domiciliar os hipertensos e diabéticos em fase de manutenção do tratamento, com remédios definidos e doses estáveis. Para os casos em início de tratamento, ainda sem estabilização clínica e nos quais ainda não está evidenciada a adesão às rotinas e atividades dos programas, preserva-se a distribuição habitual de medicamentos na farmácia da unidade.

Os médicos atuantes nos Programas de Hipertensão e Diabetes das unidades mais adiantadas na implantação do Remédio em Casa, ao comprovarem a segurança e confiabilidade do sistema concebido a partir de suas prescrições, já começam a alongar o prazo para agendar a consulta de retorno de seus pacientes em fase de manutenção. Isto tem gerado, mesmo sem aporte de novos recursos humanos, um pequeno incremento na oferta de consultas à demanda de novos casos. Em algumas unidades básicas que também contam com posto de urgência/emergência 24 horas, a ocorrência de crises hipertensivas tem se reduzido em mais de 50%.

Em 2004, iniciou-se a quarta fase, que é a implantação do Remédio em Casa nos Programas de Saúde da Família (PSF's). A partir de então, o crescimento do Remédio em Casa acompanha o crescimento do PSF na rede municipal de saúde, compartilhando computadores,

linhas telefônicas e operadores, além de incrementar e valorizar a atuação dos agentes comunitários de saúde.

## Desafios

O Rio de Janeiro é uma cidade com mais de um milhão de moradores em favelas, invasões, loteamentos irregulares e áreas de risco. Nesse contexto, o principal desafio continua sendo promover a universalidade e equidade de acesso ao sistema por todos os seus usuários, independente do local onde reside. Nas áreas de risco, o projeto estabeleceu parcerias com as Associações de Moradores e Igrejas. A estratégia de endereços alternativos para a entrega do medicamento vem servindo para superar esse desafio. A alternativa de incluir a estratégia de Remédio em Casa no PSF e PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde), mesmo que ainda incipiente, reforça o vínculo desses com sua clientela. Por seu contato freqüente com os pacientes, podem além de instruir, monitorar a continuidade da tomada das medicações nos períodos entre as consultas médicas.

Um outro desafio é o controle do uso do medicamento por parte do beneficiário após a entrega. O paciente recebe uma quantidade de medicamento que será consumida entre dois e seis meses. Ao receber essa grande quantidade, suspeita-se que muitos beneficiários podem estar distribuindo para seus parentes ou vizinhos. Porém, foi relatado que não há como provar esse desvio se não afetar diretamente o tratamento do paciente, mas que é feito um trabalho de conscientização para os beneficiários nos grupos educativos e no momento do cadastro.

O Projeto Remédio em Casa é uma estratégia que pode ser utilizada para qualquer outro programa de doença crônica e com grande impacto na gestão de programas de saúde. Com a implantação do Projeto Remédio em Casa, as unidades de saúde passaram a fornecer informações, antes desconhecidas, que permitem o controle e avaliação das políticas adotadas, e embasarem a elaboração de políticas futuras mais focalizadas nas necessidades da população.

# Cidadania e Direitos Humanos



11-CRECHE NOTURNA BRASÍLIA  
FERRARI DOS SANTOS



12-REDE DE ATENÇÃO À  
CRIANÇA E ADOLESCENTE  
DE DIADEMA



13-ESPAÇO MENINAS -  
PROGRAMA SENTINELA



**CRECHE  
NOTURNA  
BRASÍLIA  
FERRARI DOS  
SANTOS**

**Área de implantação:**

Laranjal Paulista - SP

**Instituição:**

Secretaria Municipal de Assistência Social

**Endereço:**

Praça Armando Sales Oliveira, 200

Laranjal Paulista - SP

CEP: 18500-000

Telefones: (15)3283-8312

Responsável: Maria Aparecida dos Santos

**Site:**

E-mail: [pmlpgabinete@lonline.com.br](mailto:pmlpgabinete@lonline.com.br)

# Acolhendo os filhos das trabalhadoras

PROGRAMA ABRIGA OS FILHOS DAS  
CATADORAS DE FRANGO.

Em Laranjal Paulista existem pouco mais de 430 granjas. Desde meados dos anos 80 elas aderiram à cadeia produtiva do frango, produzindo para grandes avícolas da região uma média de 18,5 mil toneladas de frango ao ano. No deslocamento dos frangos das granjas para os abatedouros, estima-se que mais de 300 pessoas trabalham com a catação de frango. Grande parte destas pessoas reside na Vila Zalla, um bairro pobre com os piores indicadores sociais da cidade. Sua população sobrevive do trabalho sazonal, que no caso da população catadora de frango, é agravado pelo emprego informal e clandestino, o que faz com que dependam dos programas públicos de assistência social.

Cada turma de catadores de frango é formada em média por 12 pessoas, que catam cerca de 30 mil frangos por noite. Trabalham quase sempre sem máscaras ou roupas adequadas e sofrem com doenças pulmonares e dores nas costas. Não possuem registro em carteira e recebem cerca de 15 a 20 reais por noite trabalhada. Tal quantia é insuficiente para bancar o aluguel e a comida. Não têm certeza se serão chamados na noite seguinte e também não podem levar nenhum frango para casa.

Em sua maioria são homens, que trabalham ocasionalmente quando não conseguem alguma coisa melhor. Mas as mulheres, embora sejam em menor número, são valorizadas, pois trabalham sempre que são chamadas e intensamente. As que estão nesta atividade tendem a trabalhar nisto por mais tempo, algumas pela vida inteira, uma vez que para elas é menor a possibilidade de encontrar alternativa de renda na região. Muitas delas são chefes de família, sem instrução, com muitos filhos e sem companheiro, cujos filhos ficam em casa sozinhos durante as noites de trabalho. Para estas, a disponibilidade de vagas em creches e escolas diurnas não era suficiente, uma vez que sua atividade profissional desenrolava-se à noite e seus filhos. Muitas vezes estas crianças acabavam envolvidas em ocorrências registradas no Conselho Tutelar.

Dessa forma, o projeto nasceu a partir da demanda de cerca de 30 catadoras de frango que já eram beneficiárias do Programa Renda Cidadã. Após várias articulações por parte da secretária de Assistência Social, conseguiu-se um espaço físico adequado e próximo do lugar de moradia das mulheres. A Sociedade Amigos da Vila Zalla assumiu a coordenação da creche, que era mantida pela prefeitura. Após um começo problemático, a Secretaria de Assistência Social assumiu diretamente a administração, coordenação e operacionalização do equipamento.

Os objetivos da Creche Noturna Brasília Ferrari dos Santos são: abrigar, proteger e socializar os filhos, de 0 a 12 anos, das mães catadoras de frango, embora esteja aberta também para outras mulheres que precisam de acolhida para seus filhos por trabalharem à noite.

## O funcionamento da Creche

No dia-a-dia da creche, as crianças chegam ao prédio da antiga estação de trem, sede da creche. As mais velhas acolhem as mais novas e cuidam delas, na ausência das mães que já foram para o trabalho. Lá elas tomam banho e depois de jantar, contam histórias, fazem desenhos, colagens, cantam ou assistem algum filme. As atividades são organizadas por uma monitora, que procura atender as demandas das diferentes faixas etárias. Por volta de nove horas, todos vão dormir, não importa a idade. Duas cuidadoras ficam de plantão, caso alguma criança acorde ou precise de atenção. A Guarda Municipal é acionada em que casos que se exija deslocamento para o pronto-socorro municipal. Às seis e meia as crianças acordam, fazem a higiene pessoal e tomam o café da manhã. Algumas voltam para casa, enquanto outras vão para a creche diurna ou para a escola.

Acolhendo  
os filhos das  
trabalhadoras

Há casos em que as crianças dormem na creche, mesmo que a mãe não vá catar frango, uma vez que a infraestrutura na creche é melhor do que nas casas, além de poderem se alimentar melhor. A creche funciona das 17 horas de domingo até às 7 horas da sexta-feira, coincidindo com os horários em que elas saem das creches diurnas, das escolas ou de outro programa de atendimento do município. Existem também atividades com as mães, de forma a poder discutir os problemas das mulheres, conversar sobre seus filhos, sobre a situação familiar e, ainda, discutem o que poderiam fazer para superar as dificuldades que enfrentam.

A responsabilidade da creche é da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal, e faz parte de um programa municipal mais amplo cujo objetivo é dar apoio às famílias em situação de exclusão social para que alcancem o mínimo necessário à sua subsistência, bem como para garantir níveis de qualidade de vida compatíveis com a dignidade e a cidadania. Durante a avaliação do programa, estavam sendo atendidas 30 crianças, e um total de 7 mães. A maioria destas mulheres não possui companheiro ou esposo e a Secretaria avalia que estas mulheres correspondam a um terço da clientela potencial.

O custo de atendimento é de 52 mil reais/ano, o que equivale a 3,61% do orçamento da secretaria, incluindo despesas com duas cuidadoras, uma faxineira, uma cozinheira, uma monitora e um caseiro, além de cestas básicas para estes trabalhadores, alimentação das crianças, materiais de limpeza, manutenção e conservação do prédio. Ainda não foram estabelecidas parcerias formais, mas além da Secretaria de Educação, que fornece parte da alimentação, e outras secretarias municipais que têm interface com o projeto, o Conselho Tutelar é acionado algumas vezes e a Guarda Municipal ajuda na segurança.

## Os alcances dessa experiência

Com o funcionamento da creche, notou-se ao longo do tempo uma melhora nas condições físicas das crianças, não só pela diminuição de doenças, mas também pela ampliação de seus hábitos alimentares. Houve uma melhora no relacionamento entre as crianças, com as funcionárias e com o equipamento em si. Nos desenhos, brincadeiras e outras atividades realizadas, nota-se que as crianças se sentem bem e gostam do espaço. Ao mesmo tempo, as ocorrências antes registradas pelo Conselho Tutelar foram reduzidas a zero. Quanto às mães, observou-se uma elevação da auto-estima, além da tranquilidade de poderem trabalhar sem a preocupação com seus filhos.

Apesar de não haver nenhuma novidade em se implantar uma creche num município para atender mulheres que trabalham, nem na oferta de um abrigo de permanência breve para crianças que estão nas ruas, o caráter inovador do projeto foi adequar instrumentos, já existentes e consolidados, às necessidades específicas de um local. Por mais que Laranjal Paulista ampliasse a oferta de creches, as mães catadoras de frango não seriam contempladas e as crianças seguiriam largadas durante as noites, momento de maior vulnerabilidade. Ao implementar um instrumento já consolidado, mas num horário pouco usual, estendeu o acesso a um serviço público para a população mais excluída do município. E neste aspecto, simplíssimo, reside sua inovação.

**REDE DE  
ATENÇÃO À  
CRIANÇA E  
ADOLESCENTE  
DE DIADEMA**

**Área de Implantação:**

Diadema

**Instituição:**

Secretaria Municipal de Assistência  
Social e Cidadania

Rua Almirante Barroso, 111

Diadema - SP

CEP: 09912-900

Tel: (11)4057-7700

**Contato:**

Cormarie Guimarães Perez

e-mail: gabinete@diadema.sp.gov.br

# Parcerias em prol do adolescente

INICIATIVA PÚBLICA FOCA SUAS AÇÕES PARA OS  
JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

Em Diadema, município da Grande São Paulo situado na Região do ABC, 35% da população vive com uma renda familiar de até dois salários mínimos. Estima-se, ainda, que existam 43.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, existem diversas entidades de atendimento a crianças, adolescentes e famílias. Muitas dessas entidades atuavam de forma isolada e desarticulada, gerando sobreposição de atendimentos com outras entidades e órgãos de governo, nem sempre alcançando os resultados esperados, especialmente em casos complexos como os de crianças ou adolescentes com problemas de saúde mental, dependência química, alcoolismo, violência doméstica ou transgressão.

As instituições perceberam essa situação e decidiram procurar soluções por meio da discussão dos casos com outras organizações, não governamentais e governamentais. Esta prática também levou ao entendimento de que os problemas com as crianças e adolescentes podem ser compreendidos de maneira mais adequada se inseridos no âmbito de suas famílias.

Em 1998, foi criada uma rede informal de intercâmbio de experiências principalmente por parte de instituições voltadas para ações nas áreas da saúde mental, drogadição, violência e infração.

Em 2001, o BNDES propôs financiar um projeto para a criação de um sistema de informação de dados sobre a situação da infância no município. Para poder elaborar o projeto de pedido de financiamento foi necessário realizar um diagnóstico e conversar com os atores locais e viabilizar projetos de capacitação. A Rede se fortaleceu e se cristalizou, antes mesmo dos recursos do financiamento serem liberados.

## União de esforços

A rede foi constituída oficialmente e funciona de forma articulada com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA). Possui um regimento interno que define as seguintes questões: o que é a rede; quem pode participar; como ela funciona; as formas de adesão; estrutura de governança, bem como as responsabilidades de seus membros. A RECAD está estruturada da seguinte maneira: Plenário dos Pólos Participantes, Núcleo Gestor, Secretaria Executiva.

O Pólo Participante é o núcleo alimentador da Rede, ou seja, o que insere dados sobre crianças, adolescentes e famílias no sistema de informação. São as entidades-membro da Rede, que podem ser governamentais ou não governamentais. As atuais cinquenta organizações Pólos, em sua maioria são organizações de atendimento de problemas relacionados ao desenvolvimento humano, relacionamento familiar, infância, educação, assistência e saúde. Algumas entidades são relaciona-

das com outras organizações fora do município, já estabelecem parcerias com órgãos financiadores fora do município, passaram por capacitações externas e mesmo internas com consultores externos, o que confere a este conjunto de organizações muitos recursos para realizar a experiência de rede social com muito sucesso.

O Núcleo Gestor é composto por dez representantes dos Pólos, sendo seis titulares e quatro suplentes, metade de entidades governamentais e metade de entidades não governamentais, com mandato de um ano, podendo ser reconduzidos uma única vez. As entidades governamentais indicam os seus representantes no Núcleo e as organizações não governamentais indicam os seus, que são, então, nomeados pelo CMDCA por Resolução. Eles procuram intercalar uma presidência do governo com uma da sociedade civil a fim de manter o equilíbrio entre as representações.

Parcerias  
em prol do  
adolescente

O Núcleo Gestor tem como atribuição dirigir a Rede, definindo e deliberando sobre suas políticas públicas como avaliação e deliberação sobre questões referentes à Rede, aprovação da composição da Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva funciona por meio de equipe contratada e está implantada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

## Legitimidade

Somente podem fazer parte da Rede organizações que tenham sua documentação regularizada, o que impede a inclusão de diversas entidades que trabalham com criança e adolescente. Não obstante, participam atualmente 50 organizações governamentais e não governamentais, que promovem o atendimento de cerca de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, além dos conselhos de direitos e tutelares da criança e do adolescente. O atendimento foi racionalizado e o público-alvo é encaminhado para os pólos através de outras organizações da Rede, como postos de saúde, Conselho Tutelar, Fórum de Direitos da Criança, Ministério Público e Febem. Entretanto, não há ainda uma o Juizado da Infância, que não reconhece nem integra a Rede.



Além das instituições de atendimento e de defesa de direitos, estão também comprometidas com Rede as secretarias de governo de: Administração, Comunicação, Obras, Assistência Social, Saúde e Educação. Dessa forma, a RECAD é um projeto municipal permanente, que visa fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos em Diadema. Procura também trabalhar para dar visibilidade e transparência ao uso do recurso público, captando recursos para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e realizando campanhas informativas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O sistema de informações ainda não foi implantado: está em elaboração e discussão. Por isso, a troca de informação ainda é verbal e informal nos encontros da Rede ou se dá pelo envio de mensagens eletrônicas através da Secretaria Executiva.

As organizações da rede se reconhecem como produtoras de informação, comprometidas com a troca e a disseminação e cientes de onde buscar informação ou ajuda. As atividades de capacitação são fundamentais para a melhora do atendimento, e em 2004, foram capacitados 267 profissionais de 47 organizações sociais em gestão social, informática e temas relacionados à infância, juventude e família, tanto em treinamentos externos como também internos.

A melhoria no entrosamento entre as organizações sociais e governamentais, proporcionada pela RECAD, fez com que a equipe de governo percebesse que é inviável elaborar qualquer política da assistência social com foco na família, nas crianças e adolescentes sem a presença desta Rede. A RECAD é reconhecida pelo governo como uma reunião de atores indispensáveis para o sucesso da política pública porque implementa um modelo de gestão articulado na política da assistência social que passa a integrá-lo porque traz melhores resultados na resolução dos problemas, o que só pode ser alcançado com esta integração profunda e complementar entre órgãos de governo e da sociedade civil.

**ESPAÇO  
MENINAS -  
PROGRAMA  
SENTINELA**

**Área de Implantação:**

Santos (SP)

**Instituição:**

Seção de Atenção à Criança e ao  
Adolescente da prefeitura de Santos  
Rua XV de Novembro, 195

Santos - SP

CEP: 11010-151

Tele: (13)3219-5159

**Contato:**

Márcia Silveira Farah Reis

E-mail: seac7@santos.sp.gov.br

# Espaço da cidadania

PROGRAMA DESENVOLVE AÇÕES  
SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA  
SEXUAL INFANTO-JUVENIL.

Santos, cidade turística e portuária, tem uma significativa concentração de casas noturnas e outros estabelecimentos nos quais se pratica a prostituição. Nesses locais, podem ser encontradas muitas adolescentes e meninas violentamente exploradas. Em 1996 o então “Projeto Meninas de Santos” foi uma das vinte iniciativas finalistas do primeiro ano do Programa Gestão Pública e Cidadania. Nestes 10 anos o Projeto ampliou-se desenvolvendo outras atividades, aprimorando parcerias, incorporando em sua atuação a questão do abuso sexual e implementando ações que atuam diversas frentes da questão da violência sexual infanto-juvenil.

## Como funciona

Primeiramente, há um trabalho de campo, do qual participa toda a equipe, que ocorre três noites e madrugadas por semana. Nesse momento, são estabelecidos os primeiros contatos com as meninas nas zonas de prostituição, nas boates, nos hotéis, nas ruas próximas ao porto e postos de gasolina, com o objetivo de criar vínculos de confiança. É um trabalho árduo, segundo Ligia que trabalha há mais de nove anos no projeto, leva cerca de cinco a seis contatos nas visitas de campo para conseguir trazê-las até o Espaço Meninas. Este ano a equipe recebeu um grande reforço a partir da entrada de Cristina ao grupo. Cristina foi uma das meninas atendidas no passado pelo Projeto e, atualmente, trabalha para mudar a vida de outras meninas como aconteceu com a dela, o fato de conhecer boa parte das meninas e os locais de prostituição, contribui para que a equipe descubra outros pontos e tenha um diálogo facilitado com as meninas.

As educadoras entregam preservativos, cartão de visita com o endereço do Espaço e uma agenda de telefone (muito utilizada pelas meninas para agendar programas) com informações educativas. A preocupação de proporcionar um serviço de qualidade revela-se no comentário de Márcia: “o espaço meninas tem que seduzir mais do que a rua”.

Quando finalmente comparece ao Espaço, a menina tem um atendimento individual, é recebida pelas educadoras que mostram a casa, falam do projeto e fazem um lanche juntas na cozinha, buscando de uma forma afetiva, atrair o interesse das meninas para participarem das atividades. A educadora, além de preencher uma ficha com dados pessoais, familiares e sociais, procura atender a questões de foro íntimo, relacionadas a conflitos psíquicos, violência doméstica, discriminação, relacionamento amoroso e problemas de saúde e trabalho.

No centro de atendimento a menina tem a possibilidade de participar de algumas oficinas. Tais oficinas oferecem atividades atrativas às jovens ao mesmo tempo em que trabalham com questões com-

plexas tais como a auto-estima, o auto-conhecimento, o corpo em seus diversos aspectos, a afetividade e a solidariedade. Segundo avaliação das educadoras, é somente com a valorização da auto-estima, aspecto fundamental para o desenvolvimento humano, que podem ser trabalhadas outras questões alvo de outras oficinas complementares, como cidadania, profissionalização, artes plásticas, sexualidade (a prevenção a DST, gravidez, cuidado com o corpo), teatro, etc.

O atendimento às famílias é realizado pelo educador quando a menina começa a frequentar o projeto, com o objetivo de conhecer sua história, trabalhar o fortalecimento de núcleos familiares ou evitar o rompimento dos mesmos.

Em 1998 houve a parceria com o Programa Vovô Sabe Tudo da Prefeitura de Santos. A partir desta parceria, alguns vovôs e vovós passaram a realizar oficinas de artesanato com as meninas, com resultados muito positivos, no sentido de resgatar a afetividade familiar. Elas vêem no vovô uma figura, relacionada à família, muito carinhosa e afetiva, o que muitas vezes não é encontrado nos parentes mais próximos.

Em 2001, com a implantação do Programa Sentinela do Governo Federal foi feita uma parceria com a Prefeitura de Santos e desenvolvido o Programa no Espaço Meninas. A implantação do Sentinela incluiu a temática do abuso sexual infanto-juvenil no escopo de atuação do Espaço Meninas, que até então trabalhava apenas com a exploração sexual. No início levou-se um certo tempo para desenvolver as ações do Sentinela e integrá-las ao trabalho existente. Desenvolvem atividades de sensibilização e prevenção junto à escolas, universidades e centros comunitários.

Além da prevenção, as meninas que sofrem abuso são encaminhadas às oficinas de atividades e ao atendimento psicossocial do projeto municipal. Foi sentida a necessidade de contratação de uma advogada para acompanhar as denúncias. A partir da experiência de Santos, o atendimento jurídico tornou-se um padrão de todos os demais projetos Sentinelas no Brasil.

## Reconstrução dos vínculos

O tipo de atendimento oferecido pelo Espaço é totalmente personalizado, pois cada menina exige um tipo de envolvimento e acompanhamento de acordo com seu contexto familiar, a violência a que foi submetida, sua condição econômica e de formação, envolvimento com drogas e com o crime, dentre outros. Ao conhecer a história de vida de algumas meninas percebe-se a mudança de uma situação que muitos julgariam como sem saída.

As ações voltadas ao abuso têm sido muito efetivas, principalmente as voltadas à prevenção e à conscientização. Pelo fato do abuso ser detectado, em sua grande parte, por meio de denúncia, os resultados são percebidos pelo aumento do número de denúncias e também pela adesão de escolas e outros locais coletivos nas oficinas de prevenção. Este trabalho voltado ao abuso é fundamental por representar uma iniciativa efetiva de longo prazo, pois ao combater o abuso, a exploração sexual também é combatida, tendo em vista que, apesar de nem toda mulher que sofre abuso sexual se torne prostituta, a violência sexual é uma constante na história de mulheres prostituídas.

As dificuldades e limites estão sempre presentes no trabalho desenvolvido pelo Espaço Meninas/Sentinela. Eles estão relacionados principalmente à complexidade que envolve o combate da violência sexual infanto-juvenil e o acompanhamento das meninas e suas famílias.

O atendimento dos casos de abuso existentes que chegam via denúncia, encaminhamento de terceiros, ou iniciativa da vítima, encontram muito preconceito e desconhecimento o que dificulta a divulgação do abuso ocorrido bem como a punição do agressor.

# Desenvolvimento Econômico e Social

**14-PROJETO OFICINA ESCOLA PARA  
RESTAURAÇÃO DE BENS IMÓVEIS  
HISTÓRICOS**



**15-DESENVOLVIMENTO  
DO AGRONEGÓCIO DA  
FLORICULTURA NO ESTADO  
DO CEARÁ**



**16-PROGRAMA MUNICÍPIO  
SUSTENTÁVEL**



**17-PROJETO MANDAÇAIA  
- DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA  
APICULTURA FAMILIAR**



**18-UNIDADES PRODUTIVAS  
COMUNITÁRIAS PARA  
CRIAÇÃO DE PEIXES EM  
TANQUES-REDE**



**19-FRUTA SÃ**



**PROJETO  
OFICINA  
ESCOLA PARA  
RESTAURAÇÃO  
DE BENS  
IMÓVEIS  
HISTÓRICOS**

**Área de Implantação:** Recife – PE

**Instituição:**

Secretaria Municipal de Ciência,  
Tecnologia e Desenvolvimento  
Econômico

**Contato:**

Carlúcio de Souza Castanha Júnior

**Endereço:**

Avenida Cais do Apolo, 925

Recife – PE. cep: 50030-903

Tel: (81)3232-8469

e-mail: [prefeitura@recife.pe.gov.br](mailto:prefeitura@recife.pe.gov.br)

# Restaurando a Cidadania

JOVENS SE QUALIFICAM CUIDANDO DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO RECIFE

O Projeto Oficina Escola para Restauração de Bens Imóveis Históricos do Recife começou a ser idealizado em 2001, por intermédio da Diretoria de Promoção do Trabalho e Renda da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Essa idéia foi baseada na experiência da Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa (PB). Outras experiências, como as realizadas em Ouro Preto (MG), Sobral (CE) e Santana de Parnaíba (SP), também foram referências para a estruturação do curso.

O principal objetivo é promover oportunidades de geração de trabalho e renda, possibilitando a jovens de 18 a 24 anos atuarem na construção civil, como restauradores de bens imóveis históricos. O projeto visa atender aos jovens de comunidades pobres na região central do Recife (Região Política Admin-



istrativa I – RPA I). Mais especificamente, as seguintes comunidades: Coelhos; Joana Bezerra e Santo Amaro.

A Oficina Escola está inserida em um projeto mais amplo, desenvolvido pela Prefeitura do Recife em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, denominado Plano Territorial de Qualificação – PlanTeQ/Recife.

Para a execução do projeto, foi escolhido o Centro de Trabalho e Cultura (CTC). Essa entidade atua há 39 anos com educação profissional e é publicamente reconhecida como bastante comprometida com a qualidade dos seus cursos. Sua localização é no Bairro da Boa Vista, muito próximo à comunidade dos Coelhos.

A metodologia do CTC é bem diferente das normalmente utilizadas em Escolas Profissionalizantes. Além das competências técnicas, as dimensões social, política e humana também são discutidas e trabalhadas. A “Construção do Saber” é um processo horizontal partilhado entre alunos e monitores, sendo que a maior parte das aulas é dada pelos próprios alunos.

O quadro-negro é uma espécie de caderno coletivo, a ser preenchido por todos. Segundo os coordenadores esses diferenciais fazem com que o aluno “aprenda” e não somente “aprendam” os conceitos e são muito considerados pelos empregadores ao decidirem por contratar um aluno formado na Instituição.

## **O protagonismo dos alunos e a gestão do Programa**

Os alunos são os responsáveis por decidir sobre aspectos pedagógicos (como aulas, provas e correções) e aspectos financeiros (cada classe tem uma “caixinha financeira” em que a quantia depositada pelos alunos no primeiro dia de aula serve para custear a comida, os remédios e o material de limpeza para todos).

A dificuldade inicial da Escola de Restauro foi a de transmitir aos alunos a noção de Patrimônio Histórico. A partir de objetos pessoais e da própria casa dos alunos, essa dificuldade foi sendo ultrapassada. Além disso, havia mui-

ta confusão entre os conceitos de “velho” e “antigo”. Os alunos consideravam que só os hospitais eram “antigos”. Hoje, eles conseguem incluir toda a história da cidade.

De acordo com o Coordenador do Curso, Jorge Tinoco, o curso de restauro cria uma relação de pertencimento com a comunidade e, principalmente, com a cidade. Essa sensação foi iniciada com a construção da árvore genealógica de cada um dos alunos.

A coordenação geral do projeto é de responsabilidade da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Recife. Para a turma de 2005, a previsão de custo foi de R\$ 366.700,00. A maior parte da verba viria do Ministério do Trabalho e Emprego, mas devido ao contingenciamento dos recursos por parte do Governo Federal isso ficou inviabilizado. A saída então, foi conseguir que a Fundação Banco do Brasil aportasse os recursos necessários à realização da Oficina.

Restaurando  
a Cidadania

A Oficina Escola de Restauro também recebe o apoio de diversas entidades e empresas, tais como: Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE), Colméia Arquitetura e Engenharia, Queiroz Galvão, Imobiliária Rocha Engenharia, dentre outras.

Uma outra parceria muito importante está sendo estabelecida é com a Secretaria Municipal de Educação. A idéia é que a Escola de Restauro passe a fazer parte do Programa Pró-Jovem do Governo Federal, que integra os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Através dessa integração, em 12 meses, além da qualificação profissional, os jovens receberiam o certificado de conclusão do Ensino Fundamental e uma bolsa de R\$ 100,00 por mês. Isso permitiria os formando a chance de continuar estudando em alguma Escola Técnica e, quem sabe posteriormente, em uma Universidade.

## Vida cidadã

Com um programa cujo objetivo principal é a geração de trabalho e renda, a Oficina Escola de Restauro conseguiu resultados importantes. De acordo

com os responsáveis pelo projeto, 34 educandos foram inseridos no mercado de trabalho, por meio da contratação para serviços de obras em imóveis históricos.

Um outro resultado muito importante foi apontado por grande parte dos atores envolvidos nesse projeto: o resgate da auto-estima dos alunos e também da cidade em relação ao seu patrimônio histórico. Um bom exemplo é o da aluna Daniela, de 22 anos. Com o marido desempregado, a única renda da casa vem do programa Bolsa-Família do Governo Federal, que proporciona R\$ 95,00 mensais. Como o aluguel de sua residência custa R\$ 60,00 por mês, sobra muito pouco dinheiro para o restante das despesas. Para aliviar um pouco a situação, sua mãe cuida de dois de seus filhos. Para ela, só o pagamento da bolsa (na última etapa do curso) já representará um grande incremento na renda familiar.

Sua irmã foi da primeira turma do curso e está atualmente, trabalhando no restauro do prédio dos Correios, ganhando R\$ 400,00 mensais. E foi com base na experiência de sua irmã, que Daniela resolveu fazer o curso.

O resgate da auto-estima da cidade também pode ser sentido. Até o momento, as fachadas dos imóveis já restaurados não sofreram qualquer tipo de pichação. De acordo com a Coordenação do Curso, os outros moradores da Rua Velha estão com muita expectativa acerca do início do novo período de trabalhos práticos, o que demonstra a existência de um aumento no nível de conscientização sobre a preservação dos bens culturais.

É fundamental ressaltar também a questão de gênero. Apesar da construção civil ser um ambiente tipicamente masculino, a Oficina está conseguindo alterar esse perfil. Na primeira turma, 37% dos educandos era mulheres. Na turma de 2005, esse percentual subiu para 56%.

Ações como a observada no Recife, demonstram uma compreensão do Poder Público em tratar a recuperação do patrimônio histórico para além de uma visão que contemple apenas o objetivo turístico. A cidadania também é incorporada, uma vez que pessoas antes excluídas do consumo turístico cultural dos locais em que moram passem a trabalhar, gerando um sentido de pertencimento na relação com a comunidade.

**DESENVOLVIMENTO  
DO AGRONEGÓCIO  
DA FLORICULTURA  
NO ESTADO DO  
CEARÁ**

**Área de implantação:  
Estado do Ceará  
Instituição:  
Secretaria Estadual da Agricultura  
e Pecuária do Ceará  
Av. Bezerra de Menezes, 1820  
Fortaleza - CE  
CEP: 60325-004  
Telefones: (85)3288-1564 (85)3288-  
1563  
Fax: (85)3288-1563  
Contato: José Rubens Aguiar  
e-mail: valdenor@seagri.ce.gov.br**

# Ceará: Terra das Flores

**FLORICULTURA SE DESENVOLVE PRESERVANDO O  
MEIO AMBIENTE E GERANDO INCLUSÃO SOCIAL**

O Ceará, entre 1991 e 2000, teve um surto de desenvolvimento, tornando-se o segundo estado de maior vigor econômico da região nordeste e alcançando o segundo maior incremento no IDH entre todos os estados brasileiros. Em 54.5% dos municípios cearenses, mais da metade da população ainda vive na zona rural, sendo o setor agrícola de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do estado, apesar de grande parte do território se encontrar no semi-árido.

Nesse contexto, a partir do final da década de 90, com a criação do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Floricultura do Ceará, este setor se organizou de forma mais estruturada, gerando emprego e renda ao mesmo tempo em que incrementava sua competi-

tividade e aumentava a participação nos mercados brasileiro e internacional. Como não existem restrições técnicas para o cultivo de plantas ornamentais e flores, o programa buscou envolver grandes, médios e pequenos produtores para o adensamento da cadeia produtiva, de forma a gerar impactos positivos na economia cearense, contribuindo para a redução da pobreza local, o desenvolvimento de novas tecnologias de cultivo e manipulação na fase pós-colheita, além da geração de uma cultura de negócios nos floricultores. Os objetivos básicos do Programa são: gerar emprego e renda, ampliar a área de plantio de flores e plantas ornamentais, incrementar as exportações e gerar divisas para empresas e governos locais, atendendo de forma diferenciada o pequeno, o médio e o grande produtor.

A Gerência de Flores é formada por uma equipe de 10 pessoas, vinculada a Secretaria de Agricultura Irrigada (SEAGRI). Ela faz a intermediação de parcerias entre organizações públicas e privadas que trabalham na cadeia produtiva da floricultura e os diversos produtores atuantes no estado, estimulando a organização uma ampla rede de instituições e produtores que atuam no setor da floricultura. O pequeno produtor é priorizado no atendimento técnico e na capacitação gerencial e o grande produtor no trabalho de articulação, facilitando, assim, o acesso a infraestrutura adequada e aos mercados desenvolvidos.

As parcerias visam articular o suprimento de demandas específicas dos produtores em relação aos agentes financiadores, às instituições de pesquisa, aos centros de capacitação e às entidades públicas da administração direta, local e federal, que trabalham com o mercado exportador. O orçamento anual é da ordem de R\$ 1,5 milhões, financiado por cinco instituições conveniadas: a Secretaria da Agricultura e Pecuária do Ceará (SEAGRI), coordenadora do projeto; a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); a Agência de Promoção das Exportações do Brasil (APEX) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE); o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Sustentabilidade social, econômica e ambiental

Como exemplo da sustentabilidade do programa, um grupo composto por 23 pequenos produtores, da região do Crato, se uniram em um condomínio para adquirir 60 hectares de terra para o cultivo de flores e plantas ornamentais. Apesar de alguns problemas iniciais, em quinze meses de funcionamento já possuíam uma área de uso comum onde, graças ao suporte financeiro da SEAGRI, construíram uma câmara fria e uma casa de embalagem para o período pós-colheita. Hoje, conseguem gerar recursos da ordem de um salário mínimo por mês para cada produtor já descontados os custos de produção e o pagamento da parcela do condomínio relativa à compra da área.

Há também impactos na auto-estima e identidade dos pequenos produtores, principalmente quanto ao rompimento de antigas práticas clientelísticas. O impacto social também se faz notar na geração de cerca de 1.200 empregos diretos no estado. Essa massa salarial promove um aumento do dinamismo da economia local, do volume de recursos movimentados e da arrecadação municipal. Além disso, estas pessoas têm hoje carteira assinada e trabalho fixo. Cerca de metade dos funcionários são mulheres, resultando na geração de uma cultura de emprego feminino, aliviando a pressão sobre o setor público e dando às mulheres maior controle sobre o orçamento doméstico.

Entre 1999 e 2004 houve um aumento da ordem de 742% na área plantada que passou de 19 para 160 hectares. A exportação cresceu de R\$ 320 mil em 2001 para R\$ 5,5 milhões em 2004, quando 18% da exportação de produtos perecíveis pelo aeroporto de Fortaleza foi de produtos da floricultura. Até abril de 2005 o valor exportado por floricultores do Ceará já havia passado da marca de R\$ 2,2 milhões. Para este sucesso, os produtores cearenses contam com duas vantagens: o clima, com sol abundante e temperaturas amenas nas regiões de serra e o uso de modernas tecnologias de plantio das flores, o que eleva a produtividade local a valores mais altos que em países onde estão situados outros tradicionais produtores como: Equador e Colômbia.

Ceará:  
Terra das  
Flores

Ao mesmo tempo, o plantio de flores é menos predatório para o meio ambiente do que culturas tradicionais locais, como a cana-de-açúcar, ainda mais pela preocupação com o desenvolvimento de produtos orgânicos. O programa tem uma política de desenvolvimento de novas espécies e de manutenção da biodiversidade. Como o uso de matrizes adequadas e registradas é fundamental para o acesso a mercados importadores, o programa apóia o desenvolvimento de espécies registradas nativas. Um exemplo de interação entre pequenos e grandes produtores, é que os primeiros podem identificar novas espécies, isolá-las para acentuar as características e, com o apoio de grandes empresas, promover o registro de espécies nativas do Brasil.

Ceará:  
Terra das  
Flores

## **Plantando flores, colhendo renda e cidadania**

O programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Floricultura do Ceará pode ser considerado uma política pública inovadora. O programa teve o mérito de romper com o estereótipo do Ceará, mostrando que este estado possui grande diversidade de ecossistemas e grupos sociais, e que não pode ser reduzido à imagem da caatinga. É inovador também o papel de articulação da cadeia produtiva promovida pelo poder público, indo além do papel tradicional e paternalista desempenhado pelo estado no setor agrícola, altamente baseado em crédito e produção subsidiados. A atuação da SEAGRI é feita de forma matricial e em rede, unindo as principais cadeias produtivas do setor agropecuário, e trabalhando na capacitação gerencial e desenvolvimento tecnológico.

Em seus seis anos de existência o programa promoveu uma verdadeira revolução produtiva no Ceará. Todos seus objetivos têm sido atingidos. Milhares de empregos foram gerados, as áreas de plantio crescem exponencialmente, assim como o montante de recursos gerados pelas exportações. Os impactos socioambientais de tal ação também são vistosos, caracterizando uma intervenção multidisciplinar e integrada, com claros desdobramentos na ampliação da cidadania do público beneficiário. O Ceará é um estado que acreditou na poesia das flores, e isso fez toda a diferença para os milhares de cearenses beneficiados por esta política.

**PROGRAMA  
MUNICÍPIO  
SUSTENTÁVEL**

**Área de Implantação:**  
**Município de Rio das Flores (RJ)**

**Instituição:**

Prefeitura Municipal de Rio das Flores  
Rua Dr. Leoni Ramos, 12  
Rio das Flores - RJ  
CEP: 27660-000  
Tel: (24)2458-1223

**Contato:**

Vicente de Paula de Souza Guedes  
E-mail:  
gabinetedoprefeito@pmrf-rj.com.br

# Desenvolvimento Local

PROGRAMA RECUPERA O VIGOR  
ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

O Programa Município Sustentável é desenvolvido no município de Rio das Flores, que pertence à Região do Médio Paraíba no estado do Rio de Janeiro. O município sofreu diretamente as consequências da decadência do ciclo do café. O esvaziamento econômico do município acarretou na redução da população de 1950 a 2000 em 73,3%, passando de 30.000 para aproximadamente 8.000 habitantes (Censo 2000, IBGE). No entanto, esta tendência vem se alterando e o município encontra-se em 40º lugar em crescimento populacional com uma taxa de 4,7% desde 2000 a 2003 (Tribunal de Contas do Estado Rio de Janeiro – TCE, 2004).

Implementado no início de 2001, o Programa busca fortalecer as políticas de fomento ao desenvolvimento sócio-econômico. Suas me-



tas foram definidas por meio de um questionário aplicado a toda população. As questões definidas como prioritárias, estruturaram as principais linhas de ação do Programa e envolvem: geração de emprego e renda; desenvolvimento local; educação; cultura e lazer; habitação; assistência social a crianças e adolescentes; saúde e saneamento; promoção da cidadania; e modernização da gestão.

## **Parcerias e geração de emprego e renda**

A compreensão da alta complexidade inerente às questões sociais orientou a formulação, dentro do Programa, de uma política de promoção do desenvolvimento econômico e social com ênfase na geração de emprego e renda. As iniciativas por parte da Secretaria Extraordinária de Geração de Emprego e Renda, em parceria com o setor privado, têm possibilitado a formação de mão-de-obra e a autonomia da população beneficiada por meio da disponibilização de cursos de capacitação (costura, informática e artesanato) e do apoio para a formação de cooperativas, instrumentos fundamentais para a dinamização da economia local.

Para fortalecer os diversos programas de capacitação, a prefeitura estabeleceu parcerias com diversas instituições, como o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Os cursos de capacitação de costura industrial são oferecidos pela prefeitura nos turnos da manhã e da tarde e têm capacidade para 25 alunos por turma. Com duração de três meses, o curso funciona na Casa de Capacitação Olímpio Rosa dos Santos localizada no bairro Sossego, inaugurada há um ano e que congrega os cursos de costura industrial e informática.

Preocupada em absorver a mão de obra qualificada no próprio território municipal, a prefeitura vem estimulando a formação de cooperativas de costura. A mais antiga cooperativa fica no distrito de Taboas e

teve origem na capacitação oferecida no local em 1994. A partir de 2001, foram criadas mais cinco cooperativas de costura registradas, que trabalham basicamente na montagem de roupas (facção) para diversas confecções. São diversos os incentivos concedidos às cooperativas: isenção do pagamento de aluguel; custeio das despesas fixas (pagamento da conta de luz); e empréstimo de máquinas de costura. Foram criados 80 postos de trabalho, distribuídos nas cinco novas cooperativas. O salário médio de um empregado nas cooperativas é de 600 reais, variando de um mínimo de 400 reais, podendo chegar a 800 reais<sup>1</sup>.

Também vem sendo disponibilizado um curso de capacitação em informática, com base no sistema operacional Linux (*software* livre). Com capacidade de 10 alunos por turma, são realizadas aulas em três turnos, com duas turmas por turno, resultando em um total de seis turmas por dia. A prefeitura incentiva seus próprios funcionários a fazer o curso, visando a qualificação de seu quadro técnico para utilização do novo sistema a ser implantado, o Linux. Como as aulas são realizadas num bairro distante da área central, a prefeitura disponibiliza transporte aproveitando o ônibus escolar. Os dois cursos possuem controle de presença e emitem certificado de conclusão.

Desenvolvimento  
Local

O incentivo ao desenvolvimento do artesanato está diretamente ligado a uma das questões centrais do Programa Município Sustentável que é a promoção do turismo na região. A associação de artesanato Centro de Geração de Renda Amor à Arte em Taboas possui o apoio da prefeitura, que concedeu o terreno e em parceria com o Governo Federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, construiu o prédio. As peças elaboradas nas associações de artesanato são vendidas por todo o Brasil e para outros países como Portugal. Além disso, com o apoio da prefeitura, o artesanato de Rio das Flores participa de feiras e eventos da região.

## **Impactos sobre o desenvolvimento local**

A implementação do Programa Município Sustentável demonstra a importância de uma política integrada para romper com o baixo dina-

mismo e as dificuldades locais para alcançar níveis superiores de produção e qualidade de vida. O Programa contribuiu para a diversificação da economia local que por muitas décadas teve como base as lavouras de café e a agropecuária. As mudanças ocorridas são percebidas no esforço de revitalização de espaços com finalidades turísticas, incentivo à abertura das fazendas de café do século XIX, despoluição de rios, abertura de trilhas para cachoeiras e construção de mirantes, além da preocupação com sinalização e limpeza dos locais.

A atividade econômica do município vem se intensificando ao longo dos últimos anos. A partir de 2001 houve um aumento sensível no número de estabelecimentos comerciais, com a abertura de três padarias, duas farmácias, duas lojas de material de construção e quatro mercados. Esse crescimento econômico gerou, de 2001 a 2005, um total de 534 empregos nos setores de indústria têxtil (178), agropecuária (57), turismo (46), comércio e serviços (42), construção civil (131) e terceiro setor (80). Nesse mesmo período os empregos gerados no setor público foram de 237, nos artesanatos 165 e nas cooperativas têxteis 108. Vale ressaltar que o número de total de empregos gerados direta e indiretamente pelos programas da prefeitura corresponde a cerca de 12,5% da população total de Rio das Flores.

A relação entre uma boa articulação política e uma ação gerencial que incorpora instrumentos sofisticados de gestão pública são os principais fatores de sucesso do Programa. A gestão estruturada em pressupostos que incluem foco no resultado, transparência, descentralização e parcerias, encontra uma importante relação de mão-dupla com o desenvolvimento da cidadania e da economia. Ao mesmo tempo em que o Poder Público promove o desenvolvimento social e econômico do município, tem sua contrapartida no aumento da participação da sociedade na gestão pública, o que legitima seu caráter democrático, assim como no crescimento da arrecadação de tributos.

**PROJETO MANDAÇAIA  
- DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL  
DA APICULTURA  
FAMILIAR**

**Área de implantação:**

Municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Corupá (SC)

**Instituição:**

Consórcio Ambiental Quiriri

**Contato:**

Leandro Eugênio Simões

Rua Felipe Schmidt, 331 - sala 01

São Bento do Sul, SC – CEP: 89290-000

Telefone: (47)633-3455

– Fax: (47)633-3455

Site: [www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)

E-mail: [consorcio@quiriri.com.br](mailto:consorcio@quiriri.com.br)

# Abelhas pela Mata Atlântica

INCENTIVO À APICULTURA ALIA-SE  
À DEFESA DO MEIO AMBIENTE

O Planalto Norte do Estado de Santa Catarina é marcado pela presença de áreas de Mata Atlântica cortadas por nascentes e rios ainda preservados. Uma ameaça a este cenário é a exploração da atividade madeireira que, apesar da obrigatoriedade do reflorestamento, altera a diversidade da paisagem nativa com extensas plantações de Pinus destinadas à indústria de móveis.

Importante passo para enfrentar essa realidade foi dado em 1997, quando os municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho criaram o Consórcio Ambiental Quiriri (premiado em 1999 pelo Programa Gestão Pública e Cidadania), para preservar os recursos naturais da região. Em 1999, o Município de Corupá foi integrado ao

Consórcio. A mobilização dos governos locais, por meio do Consórcio, levou à criação de cinco Áreas de Proteção Ambiental (APAs) nos três municípios originais, totalizando 550 km<sup>2</sup> de áreas protegidas.

Criadas as APAs, necessidades surgiram, como fiscalizar a preservação das áreas e decidir se é possível explorá-las economicamente de maneira sustentável, considerando que ainda não há legislação que disponha sobre seu zoneamento. É nesse contexto que o Consórcio Ambiental Quiriri criou no final de 2002, em parceria com a Associação de Apicultores de Campo Alegre – APICAMPO, o Projeto Mandaçaia. O Projeto é desenvolvido nos municípios fundadores do Consórcio – Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho – que são pequenos e têm população concentrada na área urbana.

### **Mapear, Preservar, Produzir e Comercializar**

Além de planejar o uso sustentável e a preservação das APAs, o Projeto Mandaçaia busca enfrentar um problema comum aos apicultores da região: o excesso de apiários. Na sua atividade cotidiana as abelhas voam num raio de 1,5 km em busca de alimento – o pólen. Se houver muitas colméias nesse mesmo espaço, a disputa por alimento implica em queda na produção do mel.

Isso acontece na região, pois a maioria dos apicultores possui lotes pequenos. Para enfrentar essa situação, a APICAMPO teve a ideia de mapear os apiários e iniciar um projeto-piloto em Campo Alegre. Com a colaboração de engenheiros cartógrafos da Universidade Federal do Paraná, as informações sobre localização de apiários e qualidade do pasto apícola foram transportadas para o *Spring* – software livre de georeferenciamento. Com isso, criou-se o SIG – Sistema de Informações Geográficas para a apicultura, que será expandido depois para os demais municípios do Consórcio Ambiental Quiriri.

O SIG registrou cada apiário e as características do seu entorno, como qualidade da vegetação; distância de fontes de água; relevo; distância de escolas e aterros sanitários; e condições climáticas. O diag-

nóstico localizou os 110 apiários de Campo Alegre, permitindo gerenciar a apicultura de forma produtiva e sustentável, a partir do levantamento das áreas em que havia sobreposição de colméias.

Outro desafio é a diminuição dos remanescentes da Mata Atlântica nativa da região, que reduz a diversidade e a quantidade de flores, bem como a produtividade do mel. O reflorestamento com base em *Pinus* não melhora a situação, pois esta espécie tem aproveitamento ruim para as abelhas. Parceria fundamental com uma das principais madeireiras da região, a Comfloresta, mostrou um novo caminho ao possibilitar aos apicultores explorar áreas de proteção ambiental da empresa, caracterizadas pelo acesso fácil e pela vegetação nativa que garante a produção de mel orgânico de boa qualidade. Em contrapartida, os apicultores fiscalizam a preservação da mata e doam dois quilos de mel por colméia à associação.

Abelhas pela  
Mata Atlântica

Outro impacto positivo do Projeto se dá na comercialização do mel. Os apicultores são pequenos agricultores familiares ou pecuaristas e a maioria utiliza o mel apenas como complemento de renda. Por essa razão, a produção é em geral artesanal e em quantidade insuficiente para abastecer grandes empresas interessadas no beneficiamento. A natureza da produção também dificulta a adaptação às exigências da Vigilância Sanitária e a obtenção do SIF. Assim, resta à maioria dos produtores um pequeno mercado formado por uma freguesia habitual que adquire mel direto na propriedade.

Para ampliar as possibilidades de venda, as Associações de Apicultores de Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul uniram-se no RAMA – Consórcio Regional Apícola Mata Atlântica. A comercialização conjunta do mel possibilitou a venda em grande quantidade à empresa Minamel, que possui SIF e certificação orgânica, condições que abriram um novo mercado: o programa de merenda escolar da Prefeitura.

Apesar dos poucos recursos que arrecadam de seus associados, as associações não dependem de verba governamental. Em 2004, ap-

enas 8% dos recursos vieram das prefeituras; o restante vem da iniciativa privada, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), de um percentual na venda do mel e de doações.

## **Artífices do equilíbrio ecológico**

Um dos próximos desafios é realizar, a partir das informações do SIG, um registro legal dos apiários existentes, garantindo ao apicultor o direito de produzir no raio de 1,5 km. Dessa forma a atividade estaria regulamentada e cada apicultor teria como exigir a efetivação de seu “direito de produzir”.

Abelhas pela  
Mata Atlântica

É importante lembrar que a apicultura, por meio da polinização, colabora com a reprodução de espécies nativas, salvando algumas delas da extinção. Uma vez que as APAs localizadas nos três municípios do Projeto não contam com regulamentação, a apicultura torna-se ainda mais relevante.

A preservação ambiental, essencial não só ao conjunto da sociedade, é particularmente importante aos apicultores, considerando que a produção de mel orgânico de qualidade depende da preservação da mata nativa. Os produtores situados nesse ambiente contam com diferencial competitivo em relação àqueles que mantêm seus apiários em áreas com a presença de agrotóxicos.

O Projeto Mandaçaia evidencia a postura ativa da sociedade civil organizada, ao lado do Consórcio Quiriri, em defesa da sustentabilidade da produção e da preservação ambiental associadas à busca de maior produtividade e lucro ao produtor. A defesa da natureza se torna um princípio inerente à própria maneira pela qual os apicultores enxergam sua atividade. Ao aliar o aspecto da produção à preservação ambiental em uma área tão rica em recursos hídricos e vegetais mas ameaçada pela exploração de madeira, o Projeto beneficia não apenas os apicultores – para quem a produção de mel significa um acréscimo de renda importante – mas a todos nós, cuja qualidade de vida depende de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**UNIDADES  
PRODUTIVAS  
COMUNITÁRIAS  
PARA CRIAÇÃO  
DE PEIXES EM  
TANQUES-REDE**

**Abrangência:**

Estado de Rondônia

**Instituição:**

Secretaria Estadual de Desenvolvimento  
Ambiental de Rondônia (SEDAM)

**Endereço:**

Estrada do Santo Antônio, 900  
Porto Velho - RO - CEP: 78900-915  
Tel: (69)3216-1045

**Contato:**

Augustinho Pastore  
e-mail:gabinete@sedam.ro.gov.br

# Ensinando a pescar

PSICULTURA AMPLIA  
OPORTUNIDADES DE TRABALHO

O estado de Rondônia conta com uma população de cerca de 1,4 milhões de habitantes, dos quais mais de 60% vivem nas cidades (420 mil na capital Porto Velho). São 238.512,8 Km<sup>2</sup> de dimensão territorial que englobam 52 municípios quase todos recentemente colonizados.

A redução das oportunidades de emprego e da renda familiar torna o setor primário uma alternativa para parte da mão-de-obra ociosa dos rondonienses. Entretanto, no caso da pesca, as espécies mais capturadas durante muito tempo tornaram-se escassas comprometendo a atividade.



O tambaqui (*Colossoma macropomum*), espécie preferida, vem desaparecendo como prato típico e passa a ser consumido apenas em determinados meses do ano, atendendo, inclusive, ao cumprimento de portarias ambientais. Mesmo para as camadas mais favorecidas da população, a baixa oferta e o preço elevado tornam o consumo do tambaqui bastante oneroso financeiramente.

Em Candeias de Jamari, município com 14.314 habitantes que está distante 20 Km da capital, o pescador artesanal é um homem simples, descapitalizado e habilidoso na arte da pesca. Com a pesca predatória, intensificada nos últimos anos pela ausência de educação ambiental, pela deficiência dos mecanismos de preservação e dos trabalhos de fiscalização, além da própria necessidade, os estoques pesqueiros foram dizimados.

Implementado como projeto-piloto, a “Unidade Demonstrativa de Criação de Tambaquis em Tanques-rede”, em Candeias de Jamari, tem como objetivo dotar o município de infra-estrutura técnica para a produção, estudo e pesquisa sobre criação de peixe em tanques-rede como forma de produção de alimentos e redução da pressão sobre os estoques pesqueiros.

Produto da parceria entre os Governos Estadual e Municipal, a Colônia de Pescadores Z-6 de Candeias, e as Centrais Elétricas do Brasil S/A – Rondônia (Eletronorte), o projeto possui um orçamento de R\$ 583.158,33 (valor total do empreendimento). Foram construídos 25 tanques-rede com capacidade total de armazenamento de até 51 mil quilos de peixes.

O trabalho com tanques-rede envolve um projeto bem definido e legalizado. Técnicos especializados fizeram o acompanhamento de todo o processo de implementação: desde escolha do local ideal à definição da tecnologia a ser implantada, destacando que esse tipo de atividade necessita também de autorização de órgãos federais como o Ministério da Agricultura e Abastecimento, a Marinha do Brasil, o IBAMA entre outros.

Em dezembro de 1998, com recursos financeiros do Ministério do Meio Ambiente (R\$10.800.00), os pescadores artesanais foram capacitados pelo curso “Aproveitamento de Águas Improdutivas para a Criação de Tambaqui em Tanques-Rede”.

Entre o final de 1998 e agosto de 2000, a experiência alcança resultados, sobretudo, em relação à possibilidade de disponibilizar coeficientes técnicos para viabilizar projetos produtivos comunitários semelhantes em escala econômica e comercial.

Inicia-se, então, uma segunda etapa do Projeto marcada pela construção flutuante realizada em mutirão pelos 25 pescadores e seus familiares. Cinquenta e duas pessoas constroem duas casas flutuantes tendo como flutuadores 200 tambores plásticos inflados com oxigênio para dar suporte aos 28 tanques-rede em uma área útil de 632 m<sup>2</sup>.

ensinando  
a pescar

Com a instalação dos tanques, a terceira etapa, equivalente aos 13 meses de trabalho conjunto, abrange principalmente um intercâmbio de saberes na realização das atividades práticas. Desenvolve-se o processo produtivo de criação e engorda de forma comunitária com o acompanhamento técnico. Nesse período, consolida-se também a forma de organização: plantões permanentes de 48 horas, realizados por três pescadores, pertencentes ao grupo de participantes. O período de 13 meses consolida o empreendimento e, ao seu término, os pescadores foram diplomados como piscicultores profissionais.

Um curso de tecnologia do pescado, entre novembro de 2004 e janeiro 2005 (120 horas/aula), emblematisa o quarto estágio do Projeto. Os pescadores, suas esposas e filhos freqüentam aulas referentes à conservação do pescado e à culinária regional à base de tambaqui. Cinquenta pessoas recebem treinamento. Simultaneamente ao curso, sob a forma de mutirão é construída a infra-estrutura técnica para o beneficiamento do pescado: salgadeira, e defumador indireto (em alvenaria); defumador metálico indireto; duas mesas de evisceração; es-

tendal para secagem de peixe; secador solar; instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias. É instalado também o “Mercado do Pescado”.

O grupo, agora, estuda a espécie Jatuarana (*Brycon cephalus*), cujos coeficientes técnicos obtidos no período de dez meses servirão para subsidiar o “Sistema de Produção para Criação de Jatuarana em Tanques-rede no Estado de Rondônia.”

Tendo entre suas competências a participação na formulação das políticas voltadas para o desenvolvimento rural e urbano e a fiscalização e a normalização das atividades relacionadas com a qualidade de vida, do ambiente e recursos naturais, a Secretaria do Estado e Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) coordena o Projeto.

### **Alcances e desdobramentos gerais da experiência**

Pescadores e gestores apontam que os coeficientes técnicos obtidos no período de dez meses de cultivo da espécie jatuarana servirão para subsidiar a formulação do “Sistema de Produção para a Criação de Jatuarana em Tanques-rede no Estado de Rondônia”.

O grupo de 19 pescadores/famílias se revezam nos plantões permanentes que executam, além das observações, a manutenção e limpeza da construção flutuante; o cálculo da administração de ração; a higienização e assepsia dos tanques; o cuidado de telas protetoras para evitar desperdícios de ração, entre outras atividades.

O Projeto pode ser avaliado como bem sucedido principalmente por seus resultados científicos significativos. A mesa mais farta, a existência de ocupação para pescadores, os empreendimentos como bares e restaurantes especializados no prato típico rondoniense são outros indicadores, de sucesso do empreendimento comunitário que em 13 meses alcançou o recorde de 135,54 kg de pescado por metro cúbico de água, fato inédito na piscicultura semi-intensiva e intensiva no Brasil.

**FRUTA SÃ**

**Área de Implantação:**

Carolina - Maranhão

**Instituição:**

Wyty Catê das Comunidades  
Indígenas Timbira do Tocantins e  
Maranhão

**Endereço:**

Rua Odolfo Medeiros, 1600  
Carolina/MA – 65980-000  
Fones: (99) 3531-2030 / (99) 3531-2576

**Contato:**

Mariano Cracoré Krikati

# Aliança interétnica pelo cerrado

TÉCNICA E TRADIÇÃO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO  
E DA PRESERVAÇÃO DOS VALORES CULTURAIS

O cerrado, segundo maior bioma do Brasil, além das riquezas em termos da biodiversidade da fauna e da flora, é importante por abrigar as nascentes dos principais rios do país. Apesar de sua relevância, o cerrado vem sendo desmatado para a implementação de atividades econômicas de elevado impacto ambiental. Essa situação não é diferente no Maranhão e no Tocantins, onde, no início dos anos 90, as comunidades Timbira começaram a buscar alternativas para garantir sua sobrevivência, num contexto de crescente degradação no entorno das terras indígenas, somado à necessidade de criar alternativas frente à dependência em relação ao assistencialismo das políticas públicas federais.

Resistindo a essa situação, representantes de grupos locais das etnias Krahô e Apinajé, do norte do Tocantins, e Canela, Krikati e Gavião Pykobjê, do sul do Maranhão fundaram, em 1995, a Associação Wyty Catê das Comunidades Indígenas Timbira do Tocantins e Maranhão. A Wyty Catê, que significa grande local de encontro na língua Timbira, foi criada com o objetivo de lutar pela autodeterminação cultural, social e econômica desses povos.

A partir do diálogo com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), organização não-governamental que atua na região assessorando as organizações indígenas, as frutas nativas do cerrado – o bacuri, o buriti, o cajá, o caju e o murici, dentre outras – são identificadas pela Wyty Catê como possíveis alternativas econômicas passíveis de serem exploradas de forma sustentável. São iniciados então uma série de estudos de viabilidade do aproveitamento econômico dessas frutas, que levaram, em 1995, a criação da FrutaSã, agroindústria de polpas de frutas, com sede em Carolina, município maranhense com pouco mais de 24 mil habitantes. Seu objetivo é oferecer uma possibilidade de geração de renda para as comunidades indígenas e para os pequenos produtores da região, por meio do beneficiamento de produtos da flora do cerrado, aliado a valorização e a preservação desse ecossistema.

### **Gestão profissional aliada a valores tradicionais**

A FrutaSã é uma sociedade limitada sem fins de lucro, de propriedade da Wyty Catê e do CTI, organizações as quais detêm, cada uma, 50% das cotas da sociedade. Essa associação prevê que a Wyty Catê será a única beneficiada pelos lucros gerados pela fábrica, de forma a assegurar sua sustentabilidade econômica e promover seus projetos próprios nas 16 aldeias associadas.

No início, a FrutaSã funcionou como uma pequena unidade industrial experimental e era abastecida por uma rede de cooperativas da região. Em 2000, com o apoio de diversas organizações, a fábrica mudou-se para uma nova planta industrial com capacidade

de produção superior, profissionalizou sua gestão e reorganizou sua estrutura de fornecedores.

A direção geral da fábrica é exercida por um Conselho de Administração, integrado por dois membros de cada uma das organizações proprietárias. Os representantes da Wyty Catê no Conselho fazem o “elo” entre a fábrica e seus “acionistas” nas aldeias. As reuniões e, principalmente, as Assembléias Anuais da Wyty Catê são momentos privilegiados de discussões e avaliações das atividades, pois contam com a presença dos conselheiros da organização, os homens mais velhos, que tem importância destacada nas sociedades Timbira, bem como da gerente da FrutaSã, responsável pela gestão da fábrica, junto com uma equipe profissional contratada.

Aliança  
interétnica  
pelo  
cerrado

Atualmente os principais fornecedores da fábrica são pequenos produtores do município de Carolina, totalizando cerca de 300 fornecedores não-indígenas cadastrados, responsáveis por mais de 95% do fornecimento de frutas. A FrutaSã também possibilita que pessoas que vivem na cidade possam procurar a fábrica para vender frutas coletadas em pequenas quantidades em seus quintais. Isso se concretiza como uma das únicas oportunidades para a população em situação de pobreza negociar os seus produtos. Em relação à participação das comunidades indígenas, o volume de fruta e polpa pré-beneficiada fornecidos são marginais em relação ao abastecimento total da fábrica, dada a dispersão das árvores frutíferas nas terras indígenas, fato que dificulta sua coleta.

## **Em busca da autodeterminação**

A FrutaSã tem gerado diversos resultados positivos para as comunidades indígenas. Ao romper com a política assistencialista exercida durante anos na região, essa iniciativa abre espaço para o protagonismo indígena sobre o seu futuro, colocando-se como uma alternativa para a promoção de formas nativas de governo nas terras indígenas.

Essa iniciativa também vem proporcionando uma alternativa concreta para os pequenos produtores e coletores extrativistas não-indígenas, frente às opções produtivas dominantes na região, como a monocultura da soja. Além disso, a geração de empregos diretos e temporários na fábrica também coloca a FrutaSã como um empreendimento importante em Carolina, município carente de postos de trabalho.

O estímulo ao plantio de espécies nativas na região colabora não apenas para a preservação do cerrado, mas também para a promoção da segurança alimentar das populações nativas e não-indígenas, numa região onde a caça e a pesca estão cada vez mais comprometidas por causa da degradação ambiental.

Em relação aos resultados financeiros da fábrica, a FrutaSã, que atualmente fatura cerca de R\$ 40 mil mensais, vem crescendo fortemente nos últimos anos, o que pode ser observado pelo aumento do volume de produtos transformados e também em seu faturamento. Apesar disso, espera-se que a empresa tenha lucro entre 2006 e 2007.

O principal parceiro da Wyty Catë na gestão e no desenvolvimento das atividades da FrutaSã é o CTI. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), é o mais relevante apoiador desta iniciativa. Recentemente foi aprovado pelo Ministério o terceiro financiamento para as atividades da fábrica no valor de R\$400mil. Com estes recursos pretende-se fortalecer o plantio de frutíferas nas aldeias, aliado a implementação de 10 unidades de pré-beneficiamento em comunidades selecionadas.

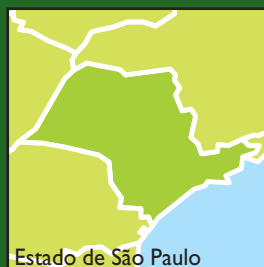
O Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), a Fundação Doen da Holanda, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), também forneceram apoio, em diferentes etapas desta iniciativa.

---

# Judiciário



## 20-PROGRAMA CIDADANIA NO CÁRCERE



**PROGRAMA  
CIDADANIA NO  
CÁRCERE**

**Área de Implantação:**

Estado de São Paulo

**Instituição:**

Secretaria Estadual da Administração  
Penitenciária de São Paulo

Av. São João, 1247

São Paulo - SP

CEP: 01035-100

Tel: (11)3315-4701

**Contato:**

José Valter da Silva Junior

Site: [www.sap.gov.br](http://www.sap.gov.br)

E-mail: [parcerias@sp.gov.br](mailto:parcerias@sp.gov.br)

# Reeducando o preso

HUMANIZANDO A POLÍTICA CARCERÁRIA

Diversos livros e filmes retratam os problemas dos sistemas penitenciários em vários países, mostrando o ambiente desumano, com grande tensão social, fugas, rebeliões e violência. No Brasil não é diferente: as prisões brasileiras são vistas como universidades do crime, porque tornam os presos mais violentos e perigosos em função do ambiente em que ficam confinados, ao invés de reeducá-los para a vida em sociedade.

O trabalho dos reeducandos é um direito constitucional (art. 6º), regulamento pela Lei de Execução Penal (LEP). Muitas experiências têm sido feitas para usar a mão-de-obra dos presos por empresas, mas os estudos realizados mostram que elas pouco contribuem para baix-

ar os custos operacionais dos presídios ou para preparar o preso para sua volta à liberdade.

Nos anos 1970-80, um grupo católico constituiu Associação de Proteção e Assistência Carcerária de São José dos Campos (APAC), sendo a primeira experiência de participação da comunidade local nos assuntos administrativos de uma unidade prisional.

Inspirada por essa experiência, a comunidade de Bragança paulista fundou a sua APAC local que fiscalizava as atividades da cadeia pública e prestava serviços de assistência carcerária. Seu sucesso chamou a atenção do governo do estado e foi feito um convenio entre a APAC e a Secretaria de Segurança Pública estadual, segundo o qual o Estado repassava o valor dos gastos com a alimentação dos presos (na época R\$ 10,00 ao dia por preso) e a APAC se responsabilizaria pela alimentação e melhoria do atendimento aos presos, com os recursos excedentes.

A alimentação dos presos melhorou e seu custo caiu para R\$ 2,50 ao dia por preso. Com o restante do dinheiro, contratou advogado, médico, psicólogo e assistente social. No ano seguinte, iniciou a construção de um anexo para abrigar mais 120 presos. Pouco depois a própria APAC propôs a redução do valor do repasse para R\$ 7,00 dia/preso.

Em dezembro de 1999, Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) transformou a experiência de Bragança em um programa piloto para o programa estadual. Em 2005, a experiência vem funcionando em 24 unidades e 8 convênios encontram-se em processo de análise.

As APACs são entidades sem fins lucrativos que trabalham em parceria com o Poder Judiciário, o Ministério Público, as Polícias Civil e Militar, a Prefeitura, empresários, grupos religiosos, delegacias de ensino e voluntários, em atividades de educação, saúde, bem-estar, profissionalização, reintegração e a recuperação espiritual do indivíduo, assim como de assistência à família dos apenados.

## O trabalho com os reeducandos

Para fazer parte do programa, os presos devem ter vínculo familiar ou social no município e apresentar baixa periculosidade no presente, independente do tipo de crime que tenham cometido. Os que não possuem vínculos familiares podem ser aceitos no programa desde que apresentem bom comportamento, ou ainda, que tenham cometido crimes leves.

As entidades buscam parcerias com empresas locais que instalam uma pequena linha de montagem, oficina ou manufatura dentro da unidade nas salas destinadas a esta finalidade. O pagamento aos reeducandos é feito com base na produção mensal ou pelo cumprimento de metas.

Da remuneração mensal dos reeducandos há uma dedução de 10%, repassada aos que trabalham na manutenção e limpeza da unidade. Os ganhos mensais são mantidos em contas individuais para repasse à família ou para a futura liberdade.

As unidades oferecem classes de alfabetização, a fim de preparar os prisioneiros para início do estudo primário. Algumas também oferecem classes do ensino secundário através de ensino a distância, com apostilas e vídeos.

Cada unidade possui biblioteca, administrada pelos reeducandos, com mais de mil exemplares entre livros, enciclopédias e revistas. Todas as novas unidades têm espaço interno para atividade física (quadra poliesportiva). Os serviços religiosos são oferecidos à noite, são abertos a todas as crenças e o comparecimento é opcional. Cada unidade tem consultório médico e dentário que permanecem abertas a maior parte dos dias da semana ou a qualquer hora em casos de emergências.

As compras e contratações são feitas diretamente pelas entidades, de forma descentralizada, garantindo flexibilidade e agilidade. As entidades usam também parte dos recursos para a aquisição de bens, alimentos, produtos de limpeza e higiene, despesas com água, luz, telefone e gás e com pequenas manutenções nas instalações do prédio. Parte dos gêne-

Reeducando  
o preso

ros alimentícios provêm de doações ou, então, são produzidos nas próprias unidades.

## Humanização

A infra-estrutura física das unidades é superior às demais prisões: as celas são construídas para abrigarem 12 reeducandos com cama de alvenaria e armário individuais. Os banheiros são de uso comum, com chuveiros quentes e frios e porta privativa, havendo celas especiais para enfermos ou portadores de deficiência física.

Reeducando  
o preso

Parentes e amigos podem visitá-los duas vezes por semana, e há a possibilidade de se receber visitas íntimas nos finais de semana. Parte do dinheiro ganho na unidade vai para a assistência à família, enquanto a equipe de trabalho social dá suporte aos familiares, particularmente àqueles com baixa renda, no período em que seus parentes estão presos.

As unidades operam com um regime de não tolerância à violência, seja entre os reeducandos seja entre o corpo de funcionários e os reeducandos. As violações são investigadas, os agressores são punidos ou mesmo transferidos, o que significa a volta do indivíduo a alguma unidade do sistema tradicional. A presença da equipe da entidade na prisão é uma garantia contra desvios de conduta dos funcionários, pois muitos precisam também se adequar ao novo sistema. O número de funcionários é baixo, os próprios prisioneiros operam as portas internas e são responsáveis pela maioria dos serviços de manutenção, sendo que as horas destinadas a esses serviços contam como horas trabalhadas.

No ano de 2003 houve apenas 42 fugas e sete abandonos numa população que era de 3.032 presos envolvidos com o programa. Avaliações feitas pelas entidades sobre reincidência apontam para uma taxa mínima de 2% e máxima de 8%, muito menor do que a verificada no sistema prisional tradicional que é de 59%. No programa nunca houve rebeliões ou quaisquer movimentos violentos, não há guardas armados na área externa, o nível de segurança é baixo e mesmo assim o número de fugas é pequeno em relação ao que se verifica no conjunto do sistema prisional brasileiro.

# EQUIPE DO PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

## Coordenação Acadêmica

Peter Spink (Diretor)  
Marta Ferreira Santos Farah (Vice-Diretora)  
Fernando Guilherme Tenório  
Ilka Camarotti  
Mario Aquino Alves  
Regina S.V. Monteiro Pacheco

**Coordenadora Administrativa**  
Fabiana Paschoal Sanches de Moura

**Secretária do Programa**  
Marlei de Oliveira

**Assistente Administrativa**  
Rosa Maria de Lima e Silva

**Pesquisadores**  
César Ferragi  
Cibele Franzese  
Fernanda Martinez de Oliveira  
Jacqueline Isaac Machado Brigagão  
Lília Asuca Sumiya  
Marco Antonio Carvalho Teixeira  
Melissa Giacometti de Godoy  
Otávio Prado

**Disseminação**  
Carla Coelho Ribeiro

**Monitores Acadêmicos**  
Estêvão Passos Eller  
Maria Fernanda Alessio  
Natália Belchior  
Daniela Pereira Giannocaro

**Colaboradores**  
Beatriz Ortiz  
Cintia Silva  
Daniel Mantello  
Mara Martin  
Maurício Maschietto  
Rafaela Segarra  
René Vaz de Almeida

## Comitê Técnico

Beto Ricardo  
• **Instituto Socioambiental (ISA)**  
Edna Ramos de Castro  
• **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –  
Universidade Federal do Pará**

Eliana Maria Custódio  
• **GELEDES - Instituto da Mulher Negra**

Humberto Marques Filho  
• **Universidade Federal do Paraíba -  
Programa de Pós-Graduação em  
Administração**

José Antônio Gomes de Pinho  
• **Universidade Federal da Bahia -  
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação**

Ladislau Dowbor  
• **Pontifícia Universidade Católica de  
São Paulo – PUC-SP**

Laura da Veiga  
• **Programa de Mestrado em  
Administração Pública - Escola de  
Governo de Minas Gerais / Fundação  
João Pinheiro**

Luis Roque Klering  
• **Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul Programa de Pós-Graduação  
em Administração**

Marlene Libardoni  
• **AGENDE - Ações em Gênero,  
Cidadania e Desenvolvimento**

Nancy Córdia  
• **Núcleo de Estudos da Violência – USP**

Pedro Jacobi  
• **Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Ambiental da Universidade de  
São Paulo (Procam/USP)**

Silvio Caccia Bava  
• **PÓLIS - Instituto de Estudos,  
Formação e Assistência em  
Políticas Sociais**

## Visitas de Campo

### **Agência do Crédito – Oscip Especializada em Microcrédito**

**Urbano e Rural** – Recife - PE

Técnico: Fernando Nogueira (Mestrado em Administração Pública e Governo – EAESP-FGV)

### **Alimentar - A Coleta de Orgânicos com Ecocidadania** – Belo Horizonte - MG

Técnica: Gina Rizpah Besen (Faculdade de Educação Ambiental – SENAC/ SP)

### **Central de Penas e Medidas**

**Alternativas** – Campinas - SP

Técnicas: Maria do Carmo Meirelles T. Cruz (Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM/ USP) e Rafaela Segarra (Graduanda em Administração Pública EAESP- FGV)

### **Centro de Referência e Apoio à Vítima**

– São Paulo - SP

Técnico: Hélio Batista Barbosa (Mestre em Administração Pública e Governo)

### **Cidadania no Cárcere** – Itapetininga e Mogi-Mirim - SP

Técnicos: Luciano Bueno (Doutorado em Administração Pública e Governo - EAESP-FGV) e Rene Vaz de Almeida (Graduando em Administração Pública EAESP- FGV)

### **Creche Noturna Brasília Ferrari dos Santos** – Laranjal Paulista – SP

Técnica: Verônica Paulics (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – PÓLIS)

### **Desenvolvimento do Agronegócio da Floricultura no Estado do Ceará** –

Fortaleza – CE

Técnico: Luis Mário Fujiwara (Doutorado - Universidade de Austin- Texas)

### **Desenvolvimento e Gestão Territorial** – Fortaleza – CE

Técnicos: José Luis Dutra (Mestre em Administração EBAPE- FGV) e Maurício Prado (Mestrando em Administração Pública e Governo EBAPE-FGV)

### **Educação Indígena do Alto Rio Negro**

– São Gabriel da Cachoeira – AM

Técnica: Lília Sumiya (Programa Gestão Pública e Cidadania)

### **Espaço Meninas – Programa Sentinela**

– Santos - SP

Técnica: Sílvia da Silva Craveiro (Mestre em Administração Pública e Governo EAESP/ FGV)

### **Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre - FUMPROARTE** – Porto Alegre - RS

Técnica: Maria Castellano (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo - Procam / USP)

### **FrutaSã** – Carolina - MA

Técnica: Fernanda de Oliveira (Programa Gestão Pública e Cidadania)

### **Gestão da Vila de Paranapiacaba - Um Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Humano** – Paranapiacaba - SP

Técnicos: Paloma Cavalcanti (Mestranda em Administração Pública e Governo), Cibele de Araújo (Graduanda em Administração Pública EAESP- FGV) e Estevão Passos Eller (Programa Gestão Pública e Cidadania)

### **Iluminar Campinas – Cuidando das**

**Vítimas de Violência Sexual** – Campinas - SP

Técnicas: Jacqueline I. Machado Brigagão (Programa Gestão Pública e Cidadania) e Rosa Maria de Lima e Silva (Programa Gestão Pública e Cidadania)

### **Inserção Social** – Jaraguá do Sul – SC

Técnicas: Cristina Neme (Núcleo de Estudos da Violência – USP ) e Maria Fernanda Alessio (Programa Gestão Pública e Cidadania)

### **Projeto Mandaçaia** – São Bento do Sul – SC

Técnica: Cibele Franzese (Programa Gestão Pública e Cidadania)

### **Melhoria da Mobilidade para Moradores de Vilas e Favelas de Belo Horizonte** –

Belo Horizonte – MG

Técnica: Melissa Godoy (Programa Gestão Pública e Cidadania)

### **Município Sustentável**

– Rio das Flores - RJ

Técnicos: Irineu Frare (Mestrando em Administração Pública e Governo EBAPE-FGV) e Luciana Sucupira (Mestrando em Administração Pública e Governo EBAPE-FGV)

**Oficina Escola para a Restauração de Bens Imóveis dos Sítios Históricos do Recife** – Recife – PE

Técnicos: Antônio Sérgio de Araújo Fernandes (Professor da UNESP – Campus Araraquara) e Fernando Burgos (Programa Gestão Pública e Cidadania)

**Ovitrapas como Instrumento de Vigilância Vetorial da Dengue** – Belo Horizonte - MG

Técnico: Pedro Paulo Piani (Doutorado em Psicologia Social - PUC/SP)

**Parcerias nos Morros** – Recife – PE

Técnico: Otávio Prado (Programa Gestão Pública e Cidadania)

**Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Confeções de Jaraguá** – Jaraguá–GO

Técnico: Antônio José Faria da Costa (Mestrado em Administração Pública e Governo – EAESP-FGV)

**Plano Municipal Integrado de**

**Segurança Pública** – São Carlos – SP

Técnico: Rafael D’Almeida Martins (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - PÓLIS)

**Popularização do Legislativo Municipal**

– Avaré - SP

Técnica: Roberta Clemente (Doutoranda em Administração Pública e Governo - EAESP-FGV)

**Projeto Piloto de Pescadores da**

**Comunidade de Lagoinha** – Humberto de Campos - MA

Técnico: Eduardo Caldas (Instituto de Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – PÓLIS)

**Rede de Atenção à Criança e**

**Adolescente de Diadema - RECAD** – Diadema – SP

Técnicas: Ana Maria Wilhelm (Fundação Abrinq) e Mara Martim (Graduanda em Administração Pública EAESP- FGV)

**Remédio em Casa** – Rio de Janeiro - RJ

Técnicos: Janaína Machado Simões (Mestranda em Administração – EBAPE-FGV) e Gabriela Monteiro (Mestranda em Administração Pública e Governo EBAPE - FGV)

**Sistema de Indicadores para Gestão de Inclusão Social** – Santo André – SP

Técnico: André Leiner (Mestrando em Administração Pública e Governo EAESP/ FGV)

**Trevo de Quatro Folhas** – Sobral – CE

Técnica: Gabriela Lotta (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – PÓLIS)

**Unidades Produtivas Comunitárias para**

**Criação de Peixes em Tanques-Rede** – Porto Velho – RO

Técnica: Sílvia Salgado (Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM/USP)

Equipe do  
Programa Gestão  
Pública e Cidadania



## **PUBLICAÇÕES, VÍDEOS, PROGRAMAS DE RÁDIO E PÁGINAS NA INTERNET**

A divulgação das iniciativas inovadoras empreendidas por governos subnacionais constitui um dos objetivos principais do Programa Gestão Pública e Cidadania e envolve, além da difusão de um banco de dados com mais de 8.000 experiências (disponível na página da internet <http://inovando.fgvsp.br>), a realização de pesquisas e estudos que contribuam, por exemplo, para a identificação de elementos inovadores e de eventuais obstáculos à introdução de mudanças na administração pública subnacional no Brasil. Nas próximas páginas disponibilizamos uma lista de nossas publicações.

Publicações,  
vídeos, programas  
de rádio e páginas  
na internet

O Programa Gestão Pública, além das publicações, vem produzindo desde 1998 vídeos como forma de disseminar experiências e práticas inovadoras, identificadas e analisadas ao longo dos seus ciclos de premiação. Em 2003, o Programa Gestão Pública e Cidadania iniciou uma nova etapa na disseminação de práticas inovadoras por meio de vídeos com o projeto Práticas Públicas em Construção. Essa iniciativa - desenvolvida com o apoio do BNDES, e em parceria com a TV VIVA - Centro de Cultura Luis Freire (Olinda-PE) - consiste em uma nova série de vídeos sobre temas relacionados à gestão local, a partir de algumas experiências registradas pelo Programa. O objetivo é facilitar o acesso a informação, estimulando o debate sobre possibilidades e caminhos de ação.

Em parceria com o CRIAR BRASIL, organização não governamental sediada do Rio de Janeiro, o Programa vem produzindo, desde 1999, programas de rádio sobre projetos inovadores e também sobre questões ligadas à cidadania. A série Buscando Soluções e a série de rádio-novelas Supermercado Mesa Pronta são distribuídas gratuitamente para mais de 400 rádios comunitárias, educativas e comerciais espalhadas pelo país.

Com o objetivo de ampliar os canais de disseminação, o Programa Gestão Pública e Cidadania também mantém duas páginas na internet.

## GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

**Volume 1:** A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 629 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1996 / Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 1997.

**Volume 2:** Criação do Capital Social: o caso da Asmare / Pedro Jacobi e Marco Antonio Carvalho Teixeira, 1997.

**Volume 3:** Desafio e Inovação em Políticas Públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco / Laura Veiga, Bruno Lazarotti Diniz Costa e Carla Bronzo Ladeira Carneiro, 1997.

**Volume 4:** Governo Local e Novas Formas de Provisão e Gestão de Serviços Públicos no Brasil / Marta Ferreira Santos Farah, 1997.

**Volume 5:** Gestão Pública em Busca de Cidadania: experiências de inovação em Salvador / José Antônio Gomes de Pinho, MerceJane Santana e Sonia Cerqueira, 1997.

**Volume 6:** Estudo Comparativo de Resultados Alcançados por Programas na Área de Saúde / Humberto Marques Filho, 1997.

**Volume 7:** Gestão Pública e Cidadania: metodologias participativas em ação / Fernando Guilherme Tenório e Jacob E. Rozenberg, 1997

**Volume 8:** A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 297 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1997 / Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 1997.

**Volume 9:** Avaliação da Importância de Atributos de Projetos de Desenvolvimento Inovadores / Luis Roque Klering, Roberto Costa Fachin e Zilá Mesquita, 1997.

**Volume 10:** Relatório sobre as Experiências Semifinalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania - Ciclo de Premiação 1997 / Fernando Guilherme Tenório e Augusto P.G. Cunha, 1997.

**Volume 11:** PROVE: uma experiência de implantação de microempresas agroindustriais / Humberto Marques Filho e Dilma Maria Guedes, 1998.

**Volume 12:** A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 631 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1998 / Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, Carlos Eduardo Evangelisti Mauro e Patrícia Laczynski (org.), 1999.

**Volume 13:** Programas para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: a complexidade do objeto e a dimensão institucional / Bruno Lazarotti Diniz Costa, Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Carlos Aurélio Pimenta de Faria, 1999.

**Volume 14:** Uma Releitura dos Programas Selecionados nos Ciclos de Premiação de 1996 e 1997 / Humberto Marques Filho e André Luiz Felisberto, 1999.

**Volume 15:** A Sociedade é Protagonista na Relação com o Estado? / Fernando Guilherme Tenório e Gylcilene Ribeiro Storino, 2000.

**Volume 16:** A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 888 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1999 – Patrícia Laczynski, Sabrina Addison Baracchini e Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 2000.

**Volume 17:** The Rights Approach to Subnational Government: the experience of the public management and citizenship program – Peter Spink, 2000.

**Volume 18:** Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais - Marta Ferreira Santos Farah, 2000.

**Volume 19:** A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 946 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2000 – Marta Ferreira Santos Farah, Patrícia Laczynski, Paulo Jábali Júnior e Odélio Rodarte Arouca Filho (orgs.), 2000.

Publicações, vídeos, programas de rádio e páginas na internet

**Volume 20:** O Governo Municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90 – José Antônio Gomes de Pinho e Merceane Wanderley Santana, 2000.

**Volume 21:** A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 727 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2001 – Peter Spink, Patrícia Laczynski e Francine Lemos Arouca (orgs.), 2002.

**Volume 22:** A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 981 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2002 – Peter Spink, Francine Lemos Arouca e Marco Antônio Carvalho Teixeira (orgs.), 2003.

**Volume 23:** Informação, transparência e cidadania - o controle da execução orçamentária pelo cidadão. Peter Spink, 2003

**Volume 24:** Projeto Saúde e Alegria: um ensaio crítico. Mônica Mazzer Barroso, 2003.

**Volume 25:** The Brazilian Public Management and Citizenship Program: an Overview. Marta Farah e Peter Spink, 2003.

**Volume 26:** Estudo da Continuidade dos Projetos Educacionais do Município de Icapuí. Gabriela Lotta e Rafael Martins, 2003.

**Volume 27:** Análise da atuação institucional do Poder Judiciário e de agentes afins. Daniel Strauss, 2003.

**Volume 28:** Exclusão social e políticas públicas: algumas reflexões a partir das experiências descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania. Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazarotti Diniz Costa, 2003.

**Volume 29:** Tributação e política fiscal no nível municipal um estudo de caso: o programa de fortalecimento financeiro do Município de Vitória da Conquista. Fernanda Telles de Lima e Sílvia Craveiro, 2003.

**Volume 30:** Análise dos Projetos da Área Legislativa inscritos no Programa Gestão Pública e Cidadania. Fernando Machado, 2003.

**Volume 31:** Mitos e Realidades sobre a Inclusão Social: Participação Cidadã e Desenvolvimento Local. Sílvia Caccia Bava, 2003.

**Volume 32:** Innovations in Government from around the World. Peter Spink e Jacqueline Brigagão, 2003.

**Volume 33:** Inovações de Governos Locais - Ciclo de Premiação 2003. Peter Spink, Lília Asuca Sumiya, Marco Antonio Teixeira, Paula Pedroti (orgs.) 2003.

**Volume 34:** Disseminação de Experiências de Gestão Pública - O Caso do Programa de Renda Mínima no Brasil (1991-1997). Verônica Paulics 2004.

**Volume 35:** Inovação na Gestão Municipal no Brasil: A Voz dos Gestores Municipais. José Antonio Gomes de Pinho 2004.

**Volume 36:** Políticas Sociais e Descentralização na América Latina I. Dagmar Raczyński, Claudia Serrano, Juan Fernández, Maria Adelaida Farah Q., Edelmira Pérez C., César Ortiz G. 2004.

**Volume 37:** Políticas Sociais e Descentralização na América Latina II. Cabrero E, Joseph J, Ricci J.L. 2004.

**Volume 38:** A Influência do FUNDEF no processo de municipalização do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo. Patrícia Lacynsky 2004.

**Volume 39:** Agenda internacional de gestão urbana e o caso do Programa Ribeira Azul. Antonio Sérgio Araujo Fernandes 2004.

**Volume 40:** Negociação Política e interação Executivo Legislativo: A gestão Maluf no governo da cidade de São Paulo (1993 – 1996). Marco Antonio Teixeira. 2004

**Volume 41:** Innovations in Government from around the World. Peter Spink, Jacqueline Brigagão. 2004

**Volume 42:** As invasões de áreas públicas municipais em São Paulo. Guilherme Enrique de Paula e Silva. 2004.

**Volume 43:** Quatro Experiências de Promoção da cidadania com grupos minoritários. Lessandra da Silva, Valdeir Martins de Faria, Jacqueline Isaac Machado Brigagão, Gabriela de Matos Rizzo, Marcello de Moura Coutinho, Janaina Mattos, Verena Pinto. 2004.

**Volume 44:** Três Experiências de Inclusão Social e Desenvolvimento Local. Ana Paula de Macedo Soares, Fernanda Martinez de Oliveira, Ricardo Bresler. 2004.

**Volume 45:** Inovações de Governos Locais – Ciclo de Premiação 2004. Peter Spink, Estêvão Passos Eller, Lília Asuca Sumiya, Marco Antonio Teixeira. 2004.

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

**20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania.** SPINK, Peter e CLEMENTE, Roberta (org.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1996.

**20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania.** FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos (org.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1997.

**20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania - 1998.** FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos (org.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1998.

**Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania.** FARAH, Marta Ferreira Santos e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1999.

**20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2000.** FARAH, Marta Ferreira Santos e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2000.

**20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2001.** SPINK, PETER e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2001.

**20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2002.** SPINK, PETER; LOTTA, Gabriela S.; BARBOZA, Hélio Batista; TEIXEIRA, Marco Antonio C.; PINTO, Verena (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2002.

**20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2003.** BARBOZA, Hélio Batista; TEIXEIRA, Marco Antonio; OLIVEIRA, Fernanda Martinez de (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2003.

**Descobrimo o Brasil Cidadão – 1999.** FARAH, Marta Ferreira Santos, SOARES, Ana Paula Macedo, BARBOZA, Hélio Batista Barboza e FUJIWARA, Luis Mário. Estudo resumido das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1999.

**Histórias de um Brasil que Funciona. – 2000.** FARAH, Marta Ferreira Santos, BARBOZA, Hélio Batista Barboza e FUJIWARA, Luis Mário. Estudo resumido das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2000.

**Histórias de um Brasil que Funciona - 2001.** SPINK, Peter e BARBOZA, Hélio Batista Barboza. Estudo resumido das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2001.

**Histórias de um Brasil que Funciona - 2002.** SPINK, Peter e BARBOZA, Hélio Batista Barboza. Estudo resumido das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2002.

**Histórias de um Brasil que Funciona - 2003.** SPINK, Peter e BARBOZA, Hélio Batista Barboza. Estudo resumido das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2003.

**Innovative Stories: Indigenous experiences in Brazil, Chile and México – 2003.** Programa Gestão Pública e Cidadania. Livro temático sobre os indígenas

Publicações, vídeos, programas de rádio e páginas na internet

**Na trilha da Cidadania.** BARBOZA, Hédio Batista; CRAVEIRO, Silvia (orgs.). Iniciativas para a promoção dos direitos das comunidades indígenas. Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.

## PUBLICAÇÕES PRÁTICAS PÚBLICAS E POBREZA

### Estratégias Locais para Redução da Pobreza: Construindo a Cidadania.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Relatório final das oficinas temáticas e itinerantes realizadas em 1998 e 1999 pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza.

### Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Construção de Relações Socioeconômicas.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Essa publicação é resultado de um trabalho de pesquisa e avaliação de projetos de redução da pobreza, realizado pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza com o apoio do Instituto do Banco Mundial em Washington e do escritório do Banco Mundial em Brasília. Os estudos apresentados nesse livro têm como enfoque as diferentes alianças ou parcerias desenvolvidas entre esferas de governo, organizações não-governamentais e comunitárias e empresas privadas. São algumas das muitas experiências que sinalizam contribuições possíveis em face da pobreza e da exclusão social.

### Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Implementação de Políticas Sociais.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). As experiências analisadas nessa publicação chamam a atenção para as possibilidades e, também para as dificuldades e incertezas inerentes à produção de um conhecimento prático que pode servir de instrumento para a ação. Este livro foi realizado pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza com o apoio do Instituto do Banco Mundial em Washington e do escritório do Banco Mundial em Brasília.

### Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Os estudos apresentados neste livro mostram que é possível transformar a realidade e que trabalhar em conjunto, mobilizar, conscientizar, valorizar as potencialidades locais e compartilhar tarefas e

responsabilidades são elementos essenciais para o êxito de projetos que visam reduzir a pobreza e as desigualdades. Esta publicação foi financiada pelo escritório do Banco Mundial em Brasília.

### Estratégias Locais para Redução da Pobreza:

**Construindo a Cidadania.** CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Apresentação de experiências, debates, aprendizagens e consensos de oficinas temáticas e itinerantes promovidas em 1998 e 1999 pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza. 2ª Edição, 2003.

### O Que as Empresas Podem Fazer

**pela Erradicação da Pobreza.** CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter. Análise do conceito de pobreza, dados contextualizados sobre a magnitude do problema no Brasil e os caminhos possíveis de ação e, também de estímulo para a participação do setor empresarial no processo de mudança da sociedade brasileira, numa perspectiva de desenvolvimento econômico com justiça social. Realizado em parceria com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

### Governo Local e Desigualdades de Gênero.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Apresenta os estudos de cinco programas e projetos bem-sucedidos que estão sendo executados em diferentes regiões do Brasil. Cada experiência foi analisada especificamente em termos do seu impacto nas questões de gênero e sua sensibilidade a esta temática. São Paulo: Annablume, 2003. Edição bilingüe (português e espanhol). Este livro contou com o apoio financeiro da Fundação Hewlett e da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Asdi).

### Estratégias para Redução

#### da Pobreza: Caminhos de Ação.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter. Texto elaborado para o fórum de discussão "práticas locais na redução da pobreza: governança e sustentabilidade", realizado em Olinda (Pernambuco), dias 18 e 19 de março de 2004. Este encontro foi promovido pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, pela Universidade de Westminster de Londres e pela Universidade Federal de Pernambuco, com o apoio financeiro da Fundação Hewlett, da Fundação Ford e do Programa UN-Habitat.

Publicações,  
vídeos, programas  
de rádio e páginas  
na internet

## VÍDEOS

### **Novos Caminhos para uma Gestão Pública com Cidadania. (1998)**

Apresenta o Programa e estuda as tendências de inovação observadas nos governos subnacionais através de diversos exemplos de experiências dos ciclos de premiação de 1996 e 1997.

### **Série Brava Gente Brasileira. (1999)**

Panorama de programas em diferentes áreas temáticas, produzido pela TV Futura.

### **Apresentando o Programa Gestão Pública e Cidadania. (2001)**

Apresentação geral do Programa e seus objetivos.

### **Finalistas do Ciclo de 1999. (2001)**

Panorama dos programas finalistas do ano de 1999.

### **Construindo Cidadania. (2001)**

Introduz o Programa e os seguintes temas: a administração pública na ótica dos direitos humanos, cidadania política e cidadania social, tendências observadas nos programas inscritos, exemplos de projetos selecionados entre os finalistas de 2000 e, por último os depoimentos com a questão “onde estamos na conquista da cidadania dentro do espaço público?”.

### **Combate à Pobreza na Gestão Pública. (2001)**

Apresenta o quadro de pobreza no Brasil, análise do conceito de pobreza e a importância das parcerias e alianças; além disso, mostra os programas de combate à pobreza e formação de parcerias reunidos no banco de dados e alguns exemplos de projetos selecionados entre os finalistas de 2000; por fim, apresentam-se depoimentos referentes ao tema “As experiências de parceria alteram a responsabilidade de governos na prestação de serviços?”

### **Parcerias, Pobreza e Cidadania. (1999)**

Apresenta três iniciativas estudadas pelo Projeto Práticas Públicas e Pobrezas: APAEB de Valente (BA), Programa SISAR (CE), e o ASMARE, de Belo Horizonte (MG).

### **Série Práticas Públicas em Construção.**

O objetivo desta série é facilitar o acesso a informações sobre possibilidades de ação e estimular o debate em torno de abordagens alternativas. Os sete primeiros vídeos da série já estão disponíveis:

#### **1) Violência contra a mulher - sem medo de meter a colher. (2003)**

Mostra um conjunto de ações desenvolvidas no município de Camaragibe (PE), destinadas às mulheres em situação de risco social ou vitimadas por qualquer tipo de violência.

#### **2) Agricultura Familiar - tradição que tem futuro. (2003)**

Retrata três iniciativas que buscam o desenvolvimento socioeconômico local por meio da agricultura familiar e comunitária. Ilustram este tema o Programa de Verticalização da Produção Agrícola do Pantanal (MS), o Fundo Municipal de Aval de Poço Verde (SE) e o Projeto Castanha (AP).

#### **3) Consórcios Municipais - a descoberta do conjunto. (2003)**

Ilustra as soluções advindas do consorciamento de 15 municípios no Maranhão (Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento, CINPRA) e de três municípios catarinenses, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre (Consórcio Quiriri), que reuniram esforços na preservação ambiental.

#### **4) Gestão Participativa - uma proposta, vários caminhos. (2003)**

Apresenta o Programa Sobral Criança (CE) e o Orçamento Participativo de Porto Alegre (RS), duas experiências que ilustram alternativas possíveis para a implementação de formas de participação da sociedade na administração pública.

#### **5) Cultura - cidadania e inclusão social. (2004)**

Retrata duas iniciativas que privilegiam a promoção da cultura como instrumento de emancipação e inclusão social: o projeto Barracões Culturais da Cidadania, do município de Itapeverica da Serra (SP) e as ações da Fundação Carlos Gomes, no estado do Pará.

Publicações, vídeos, programas de rádio e páginas na internet

#### **6) Saúde – prevenir é o melhor remédio. (2004)**

Mostra um conjunto de ações desenvolvidas em Londrina (PR), que vem aperfeiçoando a implantação do Programa Saúde da Família nas zonas rural e urbana do município.

#### **7) Educação - o direito de aprender. (2004)**

Apresenta duas iniciativas que consideram as especificidades da realidade local na promoção da educação: a Escola Família Agroindustrial de Turmalina (MG) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) de Três Lagoas (MS).

## **PROGRAMAS DE RÁDIO**

#### **Buscando Soluções – O Brasil Trocando Idéias (1999)**

As iniciativas governamentais de todo o Brasil premiadas em 1997 e 1998 pelo Programa Gestão Pública e Cidadania foram traduzidas para a linguagem do rádio por meio dos programas no estilo documentário desta série. Os projetos deram origem a 20 programas, com duração de 10 minutos cada.

#### **Buscando Soluções – Sempre Uma Boa Idéia no Ar (2001)**

Essa série de programas, que privilegiou as iniciativas premiadas em 1999 pelo Gestão Pública e Cidadania, tem por objetivo ampliar para todo o Brasil a voz dos gestores públicos e população beneficiária de programas e projetos inovadores em áreas como saúde, educação, desenvolvimento econômico e cultura.

#### **Buscando Soluções – Supermercado Mesa Pronta (2001)**

No mesmo ano apostou-se numa outra forma de colocar em discussão nas ondas do rádio as questões ligadas à cidadania. Foi produzida uma série de radionovelas abordando temas como educação, saúde, trabalho, meio ambiente e direitos do cidadão. São 20 dramatizações desenvolvidas num ambiente de um supermercado, batizado de “Supermercado Mesa Pronta”. O objetivo principal deste material é tratar o tema de forma descontraída e próxima ao público ouvinte, estimulando o debate sobre a realidade local.

#### **Buscando Soluções – Supermercado Mesa Pronta (2003)**

Seu Genésio, Laura, Arthur, Bianca e a população de Campo Verde vivem histórias muito parecidas com a da população brasileira neste volume. São 16 dramatizações, cada uma com cinco minutos de duração, que abordam temas como a saúde da mulher, o racismo, a reciclagem de lixo, dentre outros.

#### **Buscando Soluções – Sempre Uma Boa Idéia no Ar (2003)**

Este volume proporciona aos ouvintes viajar de Roraima ao Rio Grande do Sul e conhecer idéias inovadoras para a promoção da educação, dos direitos humanos, da participação popular, dentre outros temas abordados

#### **Buscando Soluções – Supermercado Mesa Pronta (2004)**

Discutir temas ligados à cidadania com bom humor e criatividade. Esse é o convite que os novos programas Supermercado Mesa Pronta fazem aos ouvintes de todo o Brasil. Na terceira série de radionovelas, os capítulos abordam assuntos como alcoolismo, desemprego, direito dos idosos, agricultura e violência, trabalho escravo e eleições.

## **PÁGINAS NA INTERNET**

A página na internet do Programa Gestão Pública e Cidadania oferece informações sobre o ciclo de premiação anual e acesso ao banco de dados, estudos de caso, vídeos, publicações e programas de rádio.

<http://inovando.fgvsp.br>

O Programa Gestão Pública e Cidadania desenvolveu também a página na internet do **Banco de Dados de Fomento Social**, onde é possível identificar instituições de fomento de ações locais de desenvolvimento social e econômico. Você terá acesso a instituições que oferecem recursos a fundo perdido, linhas de crédito, concessões de bolsas, financiamento e auxílio direto na gestão de projetos, além de assessoria para capacitação de pessoal, para fortalecimento institucional ou para transferência e conhecimento técnico.

<http://fosocial.fgvsp.br>

Desde 1996, o Programa Gestão Pública e Cidadania realiza um ciclo anual de premiação de práticas inovadoras de governos municipais, estaduais e de organizações próprias dos povos indígenas. As 20 histórias deste livro descrevem as iniciativas premiadas em 2005 e apresentam um pouco da imensa diversidade brasileira, com suas características regionais, seus problemas e suas muitas soluções criativas. Trata-se de um Brasil nem sempre bem conhecido, um Brasil pouco divulgado - um Brasil que funciona.



EAESP

## **Programa Gestão Pública e Cidadania**

**Iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford com apoio do BNDES**

Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo  
Av. 9 de Julho, 2029

11º andar - São Paulo, SP - 01313-902

Fone: (11) 3281-7904/3281-7905

Fax: (11) 3287-5095

e-mail: [inovando@fgvsp.br](mailto:inovando@fgvsp.br)

website: <http://inovando.fgsp.br>